

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

DANIEL CARDOSO DE ANDRADE

ESTRUTURAS PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
histórico, avanços e limites observados

Florianópolis, 2015

DANIEL CARDOSO DE ANDRADE

ESTRUTURA PRODUTIVA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
histórico, avanços e limites observados

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Florianópolis
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno Daniel Cardoso de Andrade na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 04 de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei
(Orientador)

Prof. Dr^a. Marlene Grade

Prof. Daniel da Cunda Corrêa da Silva

Florianópolis
2015

Aos que cultivam seus sonhos

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, agradeço aos meus pais, Telma e Araquém, por tudo e mais um pouco que já fizeram por mim. Vocês são as verdadeiras fontes de inspiração para este trabalho. Agradeço à Tânia, Elvis e Aline, determinantes para minha vida e formação em Florianópolis. Aos meus avós Waldemar, Mariinha, Antunes e Doralice. E agradeço à Mariana pelo apoio, carinho e pela companhia em todos os momentos. Também sou agradecido à toda família que me apoia, tios, tias, primos e primas.

Sou grato aos companheiros do movimento estudantil pelas lições diárias que somente a vivência política é capaz de proporcionar. Em especial, aos integrantes da gestão Integração do Centro Acadêmico Livre de Economia (CALE): Josué, Luciano, Maicon, Tainam, Tales, Tamara, Tomás e Victor. Agradeço aos amigos Rodrigo, Felipe, Felipe, Karen, Betinho, Arland, Caio, João, Lucas, Juliana e *tantos otros hermanos que no los puedo contar* e foram importantes nesta caminhada.

Agradeço ao professor Lauro Mattei pela orientação e pelos ensinamentos. Ao Osvaldo Aly por toda ajuda neste trabalho. Agradeço ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) e ao professor Nildo Ouriques pela formação e resistência crítica. E, finalmente, agradeço à UFSC e a todos os seus servidores e trabalhadores.

*“Quando passarem as chacinas,
Que surgem de dia a dia,
E tráfico de cocaína
E a real democracia
Seguir os caminhos certo
E os Chicos Mendes libertos
Das balas do pistoleiro
Diremos em nossa terra,
Por vales, sertão e serra:
‘Viva o povo brasileiro!’*

*Quando o artista que tem fama
E ocupa o televisor
Só apresentar programas
De moral, de paz e amor,
Quando o cruel mercenário,
Este monstro sanguinário,
Deixar de ganhar dinheiro
Pra matar seu semelhante
E não houver assaltante,
‘Viva o povo brasileiro!’*

*Quando o infeliz agregado,
Se libertar do patrão
Para viver sossegado
No seu pedaço de chão;
Quando uma reforma agrária
Que sempre foi necessária
Para o caboclo roceiro
For criada e registrada
Em nossa pátria adorada
‘Viva o povo brasileiro!’*

*O sonho de nossa gente
Foi sempre viver feliz
Trabalhando independente
Em nosso grande país
Quando o momento chegar
Do nosso Brasil pagar
O que deve ao estrangeiro
O maior prazer teremos
E libertos gritaremos:
‘VIVA O POVO BRASILEIRO!’”*

(Patativa do Assaré)

RESUMO

O debate sobre a estabilização produtiva dos assentamentos rurais da reforma agrária ganhou força a partir da década de 1990 e continua sendo discutida nos dias atuais. Isto deve-se a dificuldade enfrentada pelas famílias assentadas em desempenhar atividades econômicas que ultrapassem a barreira do autoconsumo e aumentem a renda familiar nos lotes. Com o avanço tecnológico, a transformação das estruturas produtivas tornou-se peça chave para compreender a questão econômica dos assentamentos, visto que a solução comumente adotada para superar os impasses é a implantação de agroindústrias. Esta pesquisa questionou se o modelo agroindustrial seria o ideal para alcançar a estabilidade econômica dos assentados e avançar no desenvolvimento. Para tanto, o trabalho recuperou historicamente a evolução das estruturas produtivas dos assentamentos rurais, destacando seus avanços e limites, e coletou dados sobre a atual conjuntura. Ao longo do trabalho constatou-se que a produção dos assentamentos e o nível tecnológico de suas estruturas produtivas estão envolvidos por uma série de desvantagens em relação aos grandes complexos produtores. Desta maneira, o estudo indicou que a solução para os impasses produtivos dos assentamentos passa pela política do Estado em relação ao agronegócio e a concentração de terra, e por meio da produção local. Ou seja, o desenvolvimento dos assentamentos rurais não depende exclusivamente da agroindústria, mas também da divisão de terras e do fortalecimento destes atores no mercado interno.

Palavras-chave: assentamentos rurais; reforma agrária; estruturas produtivas; agroindústria.

RESUMEN

El debate sobre la estabilización productiva de los asentamientos rurales de la reforma agraria ganó fuerza a partir de la década de 1990 y todavía se está discutiendo en la actualidad. Esto es debido a la dificultad que enfrentan las familias asentadas en la realización de las actividades económicas más allá del autoconsumo y en aumentar los ingresos familiares en sus lotes. Con el avance tecnológico, la transformación de las estructuras productivas se convirtió en parte fundamental para la comprensión de la cuestión económica de los asentamientos, visto que la solución comúnmente adoptada para superar el punto muerto es el establecimiento de industrias agrícolas. Esta investigación se preguntó si el modelo agroindustrial sería ideal para el logro de la estabilidad económica de los colonos y para avanzar en el desarrollo. Con este fin, el trabajo históricamente recuperó la evolución de las estructuras productivas de los asentamientos rurales, destacando sus avances y límites, y recogió datos sobre la situación actual. A lo largo del trabajo se encontró que la producción de los asentamientos y el nivel tecnológico de sus estructuras productivas están rodeados por una serie de desventajas en comparación con los grandes productores complejas. De esta manera, el estudio indicó que la solución a la liquidación de los impasses productivos pasa por la política estatal, su relación con el agrobusiness y la concentración de tierra, y por formas de producción local. A saber, el desarrollo de los asentamientos rurales no depende exclusivamente de la agroindustria, sino también de la división de la tierra y el fortalecimiento de estos actores en el mercado interior.

Palabras clave: asentamientos rurales; reforma agraria; estructuras productivas; agroindustria.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução anual do número de famílias assentadas no Brasil – 1964 a 2014.....	45
Gráfico 2 – Evolução real ao ano dos créditos no espaço rural, a preços de 2014 - Brasil.....	51
Gráfico 3 – Composição do volume de crédito por instituição financeira no Brasil - 2014.....	51
Gráfico 4 – Evolução real ao ano dos créditos destinados ao beneficiamento ou industrialização e aquisição de máquinas e equipamentos, a preços de 2014 - Brasil.....	53
Gráfico 5 – Evolução real do crédito do PRONAF direcionado para estruturas técnicas, a preços de 2014 - Brasil.....	55
Gráfico 6 – Tipo de produção dos assentamentos consolidados (2009) – Brasil.....	56
Gráfico 7 – Posse de ferramentas e equipamentos dos assentamentos consolidados (2009) – Brasil.....	57
Gráfico 8 – Renda dos domicílios presentes nos assentamentos consolidados (2009) – Brasil	58
Gráfico 9 - Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média em relação à produtividade dos municípios (2000) – Regiões selecionadas.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução anual dos Projetos de Assentamentos, capacidade de famílias assentadas e área incorporada no Brasil – 1964 a 2014.....	44
Tabela 2 – Proporção dos projetos de assentamentos, famílias assentadas e áreas reformadas no Brasil por faixa de anos – até 2014.....	46
Tabela 3 – Situação dos Projetos de Assentamentos no Brasil em outubro de 2015.....	47
Tabela 4 – Proporção amostral de famílias incluídas nas ações do governo em outubro de 2015 no Brasil.....	48
Tabela 5 – Alcance do Programa Terra Forte e sua proporção entre a situação de cada Projeto de Assentamento até outubro de 2015.....	49
Tabela 6 – Evolução real dos créditos no espaço rural, a preços de 2014 - Brasil.....	50
Tabela 7 – Composição do volume de crédito por instituição financeira no Brasil - 2014.....	52
Tabela 8 – Evolução dos créditos do PRONAF direcionados às estruturas técnicas de produção, a preços de 2014 - Brasil.....	54
Tabela 9 – Escalas produtivas médias ao ano das agroindústrias rurais familiares e não familiares (2006) - Brasil.....	60

SUMÁRIO

1 TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	13
1.1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 METODOLOGIA.....	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	17
2 O PAPEL DA TERRA E A TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL.....	18
2.1 INTRODUÇÃO.....	18
2.2 O DEBATE DE 1960 SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	19
2.3 LUTAS PELA TERRA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.....	24
2.4 O MST, A RETOMADA DA LUTA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS.....	27
3 AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA DO PÓS-GUERRA AOS DIAS ATUAIS.....	31
3.1 INTRODUÇÃO.....	31
3.2 A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E O AGRONEGÓCIO.....	31
3.3 O CONTEXTO DA TECNOLOGIA CAMPONESA: SUBORDINAÇÃO, COOPERAÇÃO E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR.....	36
4 OS ASSENTAMENTOS E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES.....	43
4.1 INTRODUÇÃO.....	43
4.2 BREVE BALANÇO SOBRE OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS.....	44
4.3 O CRÉDITO RURAL E O PRONAF.....	49
4.4 PRODUÇÃO E RENDA NOS ASSENTAMENTOS.....	55
4.5 SÍNTESE DOS LIMITES E AVANÇOS.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66

1 TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

A principal atividade econômica dos assentamentos da reforma agrária brasileira tem sido a produção de alimentos para o mercado interno. Com o objetivo de manter a sustentabilidade econômica das famílias assentadas, essa atividade pode ocorrer de diversas formas, ao envolver em seu processo produtivo diferentes fatores de produção e incorporar distintas estratégias de organização em suas estruturas produtivas.

O debate sobre o desenvolvimento do modelo de produção dos assentados surgiu a partir da década de 1990, quando o fortalecimento dos movimentos populares rurais recolocou na agenda nacional a questão agrária. Naquele período, a reforma agrária deixou de ser entendida apenas como instrumento de democratização das terras improdutivas, passando a ser discutida também a partir da viabilidade de produção e comercialização das famílias como uma questão imprescindível para mantê-las nos assentamentos.

De acordo com Medeiros (2009):

A própria dinâmica da luta pela terra, as condições de implantação dos assentamentos, as dificuldades encontradas pelos assentados, mostraram outras faces da questão [agrária]. Temas como produção nos assentamentos, vinculação com mercados, crédito, financiamento etc, bem como a forte resistência a transformações fundiárias pelos interesses ligados à propriedade da terra foram, aos poucos, levando o MST a ampliar suas demandas (p. 07).

A necessidade de um modelo de desenvolvimento para os assentamentos que ultrapassasse a barreira do autoconsumo foi internalizada pelos movimentos dos trabalhadores rurais e teve como principal mote a expressão “Ocupar, Resistir e Produzir”, cunhado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹.

A saída encontrada pelo MST para garantir a viabilidade dos assentamentos frente à expansão do modelo latifundiário exportador de *commodities* foi incentivar a organização dos assentados em estruturas coletivas, ou seja, estimular a gestão das terras ocupadas a partir da visão de “cooperação agrícola”, onde os trabalhadores se articulariam em formas de associações ou cooperativas, unindo forças e visando produção excedente em escala, facilidade de acesso a linhas de crédito, aos insumos químicos e à mecanização da produção. Neste sentido, Borges (2009) afirma que o MST “atribuía à cooperativa a forma superior de

¹ O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra foi fundado em 1984 e se tornou a principal organização popular nacional de luta pela Reforma Agrária.

organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais” (p. 3)² porque garantiria a sustentabilidade econômica das famílias.

O modo de produção baseado na cooperação, entretanto, apresentou limitações ao desenvolvimento dos assentamentos, o que demandou uma reorientação da forma de produção no sentido agroindustrial. Desse modo, tornou-se fundamental para os assentados:

Desenvolver, através da cooperação agrícola, a apropriação da tecnologia disponível, estimulando a mecanização de todas as atividades possíveis e aumentando a escala de produção, de forma adequada à realidade socioeconômica e de recursos naturais do assentamento; Garantir que as centrais de comercialização para compra e venda de produtos de necessidade dos assentamentos, sejam implantados em maior escala possível, para poder competir no mercado; Trabalhar na perspectiva de, nos próximos anos, ter uma empresa nacional para as atividades de comercialização; Estimular, através da cooperação agrícola, a implantação de agroindústrias nos assentamentos para aproveitar nossos produtos e matérias-primas ou recursos naturais disponíveis; Estimular o intercâmbio nacional no campo da cooperação agrícola e troca de experiências (CONCRAB, 1999, apud MONTEIRO, 2004, p. 53).

Assim, a agroindústria passou a ser o ponto chave para a produção rural familiar dos assentados, pois ela seria capaz de aumentar o preço do produto final do assentado ao “agregar valor” no processo de produção, elevar a produtividade e, conseqüentemente, tornar a cooperativa competitiva o suficiente para assegurar renda ao trabalhador rural.

Desde então, o debate sobre os impasses produtivos dos assentamentos gira em torno da “agregação de valor” à mercadoria final por vias agroindustriais. Este ponto ainda é considerado fundamental tanto para a estratégia do MST³ quanto para o governo federal. Em seu discurso de posse, a atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Maria Lúcia Falcón, mostrou claramente a preocupação governamental sobre o tema, quando disse que há “a necessidade de um pacto pelo reposicionamento do INCRA no conjunto do governo, como órgão voltado ao desenvolvimento territorial, focando na agroindústria cooperativa e nas cidades rurais” (FALCÓN, 2015, p. 05).

Se por um lado a presidente do INCRA insere uma nova concepção de desenvolvimento dos assentamentos ao relacionar as áreas da política de assentamentos ao desenvolvimento territorial⁴, por outro, a principal estrutura produtiva continua sob as formas idealizadas na década de 1990: a agroindústria e a cooperativa.

2 Foi neste momento que surgiram diversas entidades de organização econômica como a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Associação Estadual de Cooperação Agrícola (Aesca) e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

3 Entrevista realizada com João Pedro Stédile, líder do MST, pela TVFOLHA, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/2015/03/1610289-dilma-vai-na-direcao-errada-diz-stedile-lider-do-mst.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

4 Maria Lúcia Falcón refere-se ao modelo de Arranjos Produtivos Locais (APLs) como propulsores do desenvolvimento regional.

A partir do banco de dados do INCRA⁵, Mattei (2012) reuniu informações sobre o total de famílias assentadas na história nacional e comparou este número com a quantidade de famílias que permaneciam nas zonas de assentamentos até o ano de 2010. O artigo revela que das 1.238.502 famílias assentadas, cerca de 318.090 famílias deixaram os assentamentos, isso equivale a aproximadamente 26% de evasão dos trabalhadores. Este indicador mostra que os assentamentos ainda enfrentam impasses na questão de permanência na terra que, por suposto, deve considerar como principal fator de evasão a sustentabilidade econômica das atividades produtivas praticadas.

A trajetória histórica dessas ações governamentais [políticas de assentamentos] tem se mostrado cada vez menos eficaz no sentido de viabilizar a reprodução social dessas famílias a partir da estruturação produtiva agrária. O resultado mais visível dessa contradição aparece no elevado número de famílias que abandonam os assentamentos logo nos primeiros anos de sua implantação. (MATTEI, 2012, p. 321)

Diante deste cenário, o presente estudo busca trazer elementos analíticos das ciências econômicas para compreender com maior clareza a situação em que se encontram os assentamentos rurais na esfera da produção agrícola no Brasil. Para tanto, a pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: seria a estrutura produtiva agroindustrial a solução para os impasses produtivos dos assentamentos agrários do Brasil?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da agroindustrialização enquanto estratégia de desenvolvimento econômico e social dos assentamentos rurais no Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar a constituição e evolução dos assentamentos rurais e do MST;
- b) Descrever a construção da política de agroindustrialização dos assentamentos rurais;
- c) Sintetizar dados e informações sobre a situação atual dos assentamentos agroindustrializados, destacando os avanços e limites observados;

5 Sistema de Informações Reforma Agrária – SIPRA

1.3 METODOLOGIA

O estudo proposto neste trabalho tem o intuito de sistematizar objetivamente os fatos sociais que levam os assentamentos rurais a adotarem o modelo agroindustrial como a estrutura produtiva ideal para alcançar um nível de desenvolvimento econômico sustentável. Essa sistematização obedece ao método de abordagem dialético, “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106). Em outras palavras, o questionamento acompanha o conjunto dinâmico dos fatos no movimento da história e considera que a compreensão assertiva do fenômeno depende das condições que o cercam.

Esta pesquisa possui o caráter monográfico que, de acordo com Abramo (1988), caracteriza-se pela “limitação da pesquisa a um tema ou a um problema específico, o exame do maior número possível de variáveis que interfiram no tema ou no problema de pesquisa” (p. 39). Ou seja, o procedimento monográfico “deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 108).

Neste sentido, com o intuito de aprofundar a análise sobre os assentamentos rurais e suas estruturas de produção, este trabalho lança mão de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado. Desta forma, torna-se possível entrar “em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o determinado assunto [e ainda] propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem” (MARCONI; LAKATOS; 2003, p. 183). Além da revisão bibliográfica, o estudo utiliza-se de técnicas de coletas de dados para analisar as características do fenômeno e identificar a existência de associações entre as variáveis. Ou seja, o trabalho busca levantar dados e informações relevantes capazes de representar a evolução do fenômeno da agroindustrialização nos assentamentos rurais e desenhar o cenário atual do objeto estudado.

Finalmente, a investigação pretende apresentar um estudo descritivo das características que articule os processos histórico e estrutural da formação do fenômeno, já que se faz necessário a “reconstituição do desenvolvimento de um fato ou organismo social [e a] análise sistemática da forma, do funcionamento, dos elementos e de suas inter-relações” (ABRAMO, 1988, p. 35).

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo que o primeiro introduz o leitor ao tema, identifica o problema de pesquisa, elenca os objetivos da investigação, delimita a metodologia que o estudo pretende seguir e apresenta a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, foi realizada uma releitura bibliográfica sobre a formação e evolução dos assentamentos rurais da reforma agrária. Inicialmente, a revisão retomou o debate realizado na década de 1960 acerca da função da terra no Brasil. Em seguida, avançou pela história da reforma agrária no Brasil e da política de assentamentos para, por fim, tratar a criação e consolidação do Movimento Sem Terra enquanto organização inter-relacionada com a evolução dos assentamentos rurais brasileiros.

O terceiro capítulo discutiu as estruturas produtivas utilizadas nos assentamentos rurais. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com relação a trajetória da tecnologia na produção agrícola. Na primeira parte do capítulo, o trabalho resgatou o processo de “modernização conservadora”, ocorrido na década de 1970, e avançou até a reestruturação do modelo do agronegócio, na década de 1990. Já a segunda parte do terceiro capítulo discutiu a marginalização dos pequenos produtores em relação ao processo de modernização tecnológica e abordou as políticas de incentivos à agroindústria familiar.

No capítulo quatro, realizou-se uma coleta de dados em bancos disponíveis e em pesquisas técnicas sobre o assunto. Nesta parte, o estudo apontou breves considerações sobre a acessibilidade de informações nos principais bancos de dados e elencou indicadores capazes de desenhar o cenário atual dos assentamentos da reforma agrária. Desta maneira, o capítulo subdivide-se em um breve balanço sobre a política de assentamentos, em uma análise da evolução do crédito rural, e em um levantamento acerca das principais características da produção, estruturas de produção, produtividade e a renda, além de uma seção que sintetiza e interpreta os indicadores coletados.

Finalmente, o quinto e último capítulo retoma os capítulos anteriores e elenca as considerações finais sobre o processo de desenvolvimento das estruturas produtivas dos assentamentos rurais.

2 O PAPEL DA TERRA E A TRAJETÓRIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

2.1 INTRODUÇÃO

A análise dos assentamentos rurais passa fundamentalmente pela discussão sobre a terra e sua função no contexto econômico. Ou seja, é necessário o resgate histórico do problema agrário nacional e das interpretações sobre o papel econômico exercido pelo espaço rural no Brasil. Este debate já foi amplamente realizado desde a década de 1960 e, segundo Stédile (2011), tem como referências clássicas quatro grandes vertentes: a corrente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a visão de Caio Prado Júnior, a escola cepalina⁶ e a interpretação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Não nos cabe aqui retomar com afinco os embates travados naquela época, no entanto, a releitura das principais divergências teóricas entre essas correntes nos permite identificar diversos pontos de vista sobre a função da terra no Brasil e, posteriormente, avançar sobre as concepções e propostas de reforma agrária.

A primeira seção deste capítulo, portanto, pretende rever parte das argumentações centrais da discussão mencionada acima, fundamentando conceitos e categorias da formação econômica que servirão de base preliminar para analisar o contexto vigente dos assentamentos rurais brasileiros. Em seguida, traçamos o percurso do processo de reforma agrária no país desde que o tema surgiu como uma demanda possível para o trabalhador rural nacional. Nesta trilha, a investigação procura diferenciar a luta pela terra da trajetória pela reforma agrária enquanto processos históricos e sociais. Essa distinção é necessária, pois no decorrer da história brasileira o combate territorial sempre esteve presente, com ou sem programa de reforma agrária, ao passo em que os assentamentos surgem como tal ao assumirem a condição de espaço de resistência pela ampla reestruturação agrária.

Concluindo o capítulo, dedicamos um espaço para a compreensão do surgimento e evolução do movimento popular pela reforma agrária. Em especial, trataremos do Movimento Sem-Terra, pois este dialoga diretamente com outras coletividades do movimento de luta pela terra desde sua formação e, de acordo com Fernandes (2001) é o movimento organizado que alcançou uma vasta territorialização. Importante alertar que existem outros movimentos relevantes de luta pela terra, como o Movimento Indígena e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “mas, sem dúvida alguma, o principal desses movimentos, por ter uma organização mais sólida, de caráter nacional [é o MST]” (OLIVEIRA, 2001, p. 191). Além

6 Escola da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina)

disso, o MST tem incentivado nos últimos anos a utilização da estrutura agroindustrial familiar como forma de produção para os assentados e, ao mesmo tempo, articula um grande número de assentamentos rurais agroindustrializados no Brasil, atualmente com 96 agroindústrias (MST, 2015).

2.2 O DEBATE DE 1960 SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Foi na chegada dos anos de 1960 que a questão agrária atingiu, pela primeira vez, repercussão nacional. Apesar de o assunto vir ganhando corpo durante as décadas anteriores, “foi somente no início dos anos 60 que a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, tornando-se a tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.” (MEDEIROS, 1993, p. 4). De acordo com Stédile (2011), o surgimento do tema agrário enquanto objeto de estudo “aconteceu não pelo desenvolvimento da ciência nas universidades, nas academias, [...] mas, sim, pela necessidade política e sociológica dos partidos políticos” (p. 16).

Em outras palavras, a questionamento agrário emergiu a partir da necessidade de esclarecer a conjuntura política e econômica daquele momento, que, segundo Stédile (2011), presenciava tempos de crise na agricultura e, por conseguinte, assistia a um acirramento de classes, mobilizações sociais e disputas entre as elites, tanto rurais quanto industriais, em relação à acumulação do capital. Vale salientar que o principal partido a questionar a estrutura fundiária na época foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), “importante [na] mediação que então se colocava para as lutas dos trabalhadores rurais.” (MEDEIROS, 1993, p. 4). Para propor ações perante aquele contexto instável, os estudiosos se debruçaram sobre a formação histórica da economia brasileira e deram início à discussão clássica acerca da questão agrária.

A existência ou não de traços feudais durante o regime econômico colonial é o item de maior controvérsia no diálogo entre os pensadores da questão agrária do Brasil. A corrente dominante do PCB sustenta que “o fato de ser a terra o meio de produção fundamental na agricultura indica um estágio inferior da produção agrícola, peculiar às condições históricas pré-capitalistas” (GUIMARÃES, 2011, p. 50) e afirma que as características feudais de produção que o Brasil colonial apresentava – como a mão-de-obra escrava, a produção agrícola primária e o monopólio latifundiário – foram os “fatores regressivos do atraso” brasileiro. A reforma agrária, para este segmento do partido, teria como finalidade central eliminar os “restos de feudalismo” e libertar a população camponesa “da coação do

monopólio latifundiário e desenvolver as relações do tipo capitalista que importem em melhorar suas condições de vida” (p. 107). Em resumo, a distribuição de terras resultaria em:

Um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extraeconômico, político e “jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país. (GUIMARÃES, 2011, p. 54).

No mesmo sentido, Ignácio Rangel (2005), representante da vertente cepalina, acusa a presença de marcas feudais na formação econômica do país, entretanto, para este autor, o feudalismo e o capitalismo coexistiriam numa forma dual básica da economia brasileira. Segundo Rangel (2011), “a dualidade básica do direito brasileiro resulta, de fato, numa estrutura complacente, capaz de mudar, desde que se cumpram as condições ambientais para isso” (p. 186).

Esta interpretação conduz o autor a categorizar as estruturas do monopólio de terras entre o latifúndio feudal e o latifúndio capitalista para, em seguida, direcionar os efeitos da reforma agrária à categoria fundiária que carrega o “atraso”. Desta forma, o processo de desfragmentação das terras deveria limitar-se ao latifúndio feudal – o tomado por formas atrasadas de produção – pois criaria unidades agrícolas capitalistas que estimulariam a pequena produção de mercadorias. Importante ressaltar que para este economista, o latifúndio capitalista era “o porta-bandeira do progresso” técnico no campo, um aliado da massa trabalhadora. Desta maneira, a reforma agrária aplicada ao latifúndio feudal aceleraria o desenvolvimento, na medida em que proporcionaria a:

Criação de um semiproletariado agrícola que asseguraria uma oferta regular de mão de obra à grande agricultura capitalista, a qual, livre dos óbices presentes, poderia expandir-se e melhorar sua técnica; o trabalhador obteria um complemento do salário, sob a forma da casa própria e da pequena produção para o autoconsumo; os membros inativos da família encontrariam emprego para o seu trabalho, tornando-se menos onerosos para o chefe da família [...] finalmente, seriam rompidos os laços de dependência pessoal do trabalhador com o patrão, liquidando assim as mais odiosas sobrevivências da primitiva estrutura semifeudal, fato de decisiva importância, pois resultaria na criação de cidadãos realmente livres, isto é, desobrigados de qualquer prestação gratuita. (RANGEL, 2011, p. 187)

Para Schilling (2011), do PTB, a reforma agrária também teria o intuito de eliminar os “resquícios feudais existentes no campo” - que se manifestam na forma de “trabalho gratuito, parceria e arrendamento” (p. 234) - visando aumentar os direitos dos assalariados no campo, incentivar a produtividade agrícola e formar mercado consumidor de camponeses para a produção da indústria nacional. Porém, a análise deste partido leva em consideração a

atividade produtiva desenvolvida na terra como elemento de definição do conceito de latifúndio susceptível à reforma. Segundo o mesmo autor, o:

Latifúndio é a propriedade rural, independentemente da sua extensão, não racionalmente explorada por atividade industrial, agrícola, extrativa ou pastoril, de maneira que a produtividade não alcance os limites que suas qualidades intrínsecas e localização permitam. É considerado, igualmente, latifúndio toda propriedade rural explorada por parceiros, arrendatários, dentro de qualquer outra modalidade, da qual o proprietário aufera renda sem empregar atividade ou, ainda, toda propriedade rural onde os assalariados não gozem dos benefícios da legislação trabalhista. (SCHILLING, 2011, p. 235)

Destoando das três correntes resumidas anteriormente, Caio Prado Júnior (1979) afirma que “no Brasil, o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil” (p. 68). Em última instância, o autor dissidente do PCB assegura que “as formas peculiares de relações entre proprietários rurais e seus trabalhadores [...] não tem nada de 'feudais'. Apresentam, quando muito, traços que fazem lembrar a escravidão.” (p. 68). Nesta direção, mesmo Celso Furtado, economista da vertente cepalina, admite em *Formação Econômica do Brasil* (2007) que a economia colonial brasileira seria uma:

Unidade escravista, cujas características indicamos em suas linhas gerais, pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica. Ao inverso da unidade feudal, ela vive totalmente voltada para o mercado externo. A suposta similitude deriva da existência de pagamentos *in natura* em uma e outra. Mas ainda aqui há um total equívoco, pois na unidade escravista os pagamentos a fatores são todos de natureza monetária, devendo-se ter em conta que o pagamento ao escravo é aquilo que se faz no ato de compra deste. (p. 87)

De acordo com Prado Júnior, o fato da atividade econômica brasileira ter como destino desde o início da colonização o mercado externo, demonstra a essência da função executada pelo país no contexto do capitalismo global. A estrutura latifundiária escravista e monocultora seria a aparência de produção encontrada para garantir aquela função elementar. Pelas palavras do autor:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO, 2011, p. 28)

Ou seja, a finalidade do empreendimento mercantil realizado no Brasil foi abastecer em larga escala o mercado metropolitano do continente europeu com produtos tropicais, do açúcar ao café, e metais preciosos. A grande propriedade agrária seria a estrutura central dessa

atividade econômica inserida com a colonização, “que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava.” (PRADO, 1979, p. 48)

O sentido da colonização apontado pelo historiador dialoga fundamentalmente com a posição do país no desenvolvimento do capitalismo mundial, pois a “América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (MARINI, 2012, p. 47). Sob esta ótica, qualquer menção aos “resquícios feudais” deixa de fazer sentido e torna a compreensão da questão agrária para dentro do funcionamento do sistema capitalista. Dito de outra forma, “a agricultura brasileira só pode ser compreendida como resultado do desenvolvimento-subdesenvolvimento capitalista mundial” (FRANK, 2012, p. 65).

Este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja –, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro não tem sido menos determinado pelo capitalismo do que o desenvolvimento de São Paulo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução total do sistema. Chamar “capitalista” ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao “feudalismo” é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido. Se o subdesenvolvimento atual e os males atuais da agricultura se devem ao capitalismo, dificilmente podem ser sanados “estendendo-se” ainda mais o capitalismo. Nesse caso, é o capitalismo e não o feudalismo que deve ser abolido. (FRANK, 2012, p. 58)

À luz desta interpretação, seria a relação entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, determinada pela estrutura da divisão internacional do trabalho, entre o centro e a periferia, ou ainda, entre a América Latina e a Europa, que ocasionaria o aparente atraso brasileiro. Isto é:

La división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra. (MARINI, 2008, p. 111)

Nesse momento, podemos perceber que enquanto a reforma agrária dos teóricos adeptos à tese do feudalismo brasileiro implica em acelerar e completar a capitalização da agricultura, o outro significado de reforma agrária, sob o prisma de Prado Júnior, busca a superação da relação de dependência atribuída ao Brasil em sua integração ao sistema capitalista global, “donde *las relaciones de producción de las naciones subordinadas eran*

modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (ASTARITA, 2010, p. 45).

Em termos práticos, a reforma agrária de Prado Júnior teria como premissa básica melhorar a condição de vida do trabalhador rural transformando as relações sociais de trabalho no campo. Por um lado, expandindo a proteção legal do trabalhador rural assalariado, por outro, corrigindo a concentração fundiária:

A fim de proporcionar aos trabalhadores rurais maiores oportunidades de acesso à posse e utilização da terra em proveito próprio. Isso lhes assegurará desde logo melhores condições de vida; a uns, porque se tornarão proprietários; aos demais, porque lhes outorgará outra alternativa que hoje praticamente não existe para eles, a de se empregarem a serviço alheio e aceitarem quaisquer condições de trabalho que lhes sejam impostas.” (PRADO, 1979, p.90)

Esboçamos, enfim, as diferenças fundamentais presentes no debate clássico da questão agrária. Importante assinalar que cada linha de pensamento respeita um método analítico específico. Neste trabalho, seguiremos a linha metodológica da Teoria Marxista da Dependência (TMD), expressa em Prado Júnior, que, numa breve síntese, se propõe a interpretar a dinâmica do capital e a realidade das nações latino-americanas a partir do método *dialético da totalidade concreta* de Marx. Isto implica em entender o capitalismo como uma totalidade mundial e, por consequência, admitir a regência das leis do valor e da acumulação de capital em plano global, “pero, siempre a través de espacios nacionales de valor *que estan mediados por los tipos de cambio*, y subsumidos em el espacio mundial del valor.” (ASTARITA, 2010, p. 83). Entretanto:

No se trata de una totalidad conformada como “suma de partes”, donde las unidades interactúan a partir de estar constituidas nacionalmente, y según leyes de funcionamiento propias y diferentes. Desde el punto de vista de la totalidad concreta hay que considerar que el trabajo abstracto, la riqueza, el valor, el dinero abstracto “se desarrollan em la medida em que el trabajo concreto se convierte em una totalidad de distintos modos de trabajo que abarcan el mercado mundial”. Esto significa que los trabajos humanos, los valores, etc., no pueden considerarse em un plano meramente nacional, porque *siempre son partes de una totalidad, que es el mercado mundial*. (ASTARITA, 2010, p. 84)

É a partir desta perspectiva que abordamos a dialética do valor no plano mundial e nos espaços nacionais. Ou seja, consideramos a forma *sui generis* do capitalismo dependente latino-americano, cujo ciclo do capital, segundo Marini (1979), inicia-se a partir do fluxo circulatório externo do capital-dinheiro, adentra a esfera da produção incorporando meios de produção do exterior, desenvolve-se sobre as bases da superexploração do trabalho e, por fim, realiza-se não pelo consumo da população, mas pela própria demanda do mercado externo.

2.3 LUTAS PELA TERRA E LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Nas palavras de Fernandes (2001), a disputa pela terra no Brasil começou:

Com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. (p. 25)

Durante o período vigente da empresa agrícola escravista, que teve o açúcar como produto pioneiro, a forma de resistência dos povos originários e imigrantes desprivilegiados tinha relação íntima com o conflito territorial. O quilombo, espaço de defesa, foi o “*território livre*, era a terra onde viviam negros, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial. [E onde] cultivavam suas roças de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinhas, caçavam e pescavam.” (FERNANDES, 2001, p. 26).

De acordo Fernandes (2001), desde as capitanias hereditárias até 1850, quando a Lei de Terras regulamentou pela primeira vez a propriedade privada no país, o acesso às terras era exclusividade da nobreza. Com a medida, ficou “proibida a obtenção de terras através de formas que não fosse o comércio do imóvel” em dinheiro (BRASIL, Lei 601 de 18 de Setembro de 1850). Dessa forma, iniciou-se um processo de cercamento das propriedades que favoreceu os donos de terra. Além disso, a lei permitiu a expropriação de posseiros e a grilagem, o tráfico de terras, pelos poderosos regionais – os coronéis. Segundo esse pesquisador:

No processo de elaboração da Lei de Terras, foram apresentados dois projetos de lei que limitavam o tamanho da propriedade e possibilitavam aos camponeses o acesso à terra por meio de doações. Todavia, esses projetos jamais saíram do papel, porque feriam os privilégios e interesses dos grandes proprietários. Então, os trabalhadores sem-terra, ex escravos e imigrantes trabalhavam para os fazendeiros, para que pudessem poupar e comprar a terra. Essa foi a condição que garantiu o trabalho nas fazendas e, ainda, propiciou o processo de grilagem das terras pelos coronéis, que se apoderaram de toda a terra que foi possível grilar, exterminando povos indígenas, matando posseiros, destruindo matas, construindo o país do latifúndio. (FERNANDES, 2001, p. 29)

Esse mesmo autor ainda aponta que com o fim da escravidão, em 1888, e com a inacessibilidade às terras cercadas, o escravo liberto ficava limitado à estrada, sem nem mesmo conseguir viver sob a forma de quilombo, restando-lhes a venda assalariada de sua força de trabalho para a indústria nascente ou para os cafeicultores e fazendeiros em geral. E mais, juntamente com os ex-escravos, os trabalhadores imigrantes, vindos da Europa para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, também seguiram na peregrinação em

busca de terras cultiváveis. Essa massa de pessoas começou a “formação da categoria, que na segunda metade do século XX seria conhecida como sem-terra. [...] Essas pessoas formaram o campesinato brasileiro, desenraizadas, obrigadas a migrar constantemente.” (FERNANDES, 2001, p. 28) Assim, iniciou-se a ação histórica de ocupações, a principal forma de resistência camponesa contra as cercas dos fazendeiros, grileiros e coronéis.

O desenrolar da história dos conflitos perpassa Canudos (1897), Contestado (1916), o cangaço (décadas de 1920 e 1930) e nos leva até a metade do século XX, quando a luta pela terra se transformaria em luta pela reorganização estrutural do espaço agrário brasileiro e ganharia espaço na dimensão política nacional. A primeira referência de luta pela reforma agrária apareceria por volta de 1945, após a ditadura Vargas, quando surgem as Ligas Camponesas, “uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros” (MORAIS, 2012, p. 22).

As Ligas Camponesas, que eram articuladas pelo PCB, foram reprimidas pelo governo Dutra, em 1947, mas ressurgiram em 1954, no estado de Pernambuco. Ao mesmo tempo, outras frentes de trabalhadores rurais pela reforma agrária começaram a se organizar. O mesmo Partido Comunista fundaria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), entidade “que pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os camponeses.” (FERNANDES, 2001, p. 34). A ULTAB alcançaria expansão nacional e somente não se fixara em Pernambuco, centro das Ligas Camponesas, e no Rio Grande do Sul, onde havia o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), organização apoiada pelo então governador Leonel Brizola, do PTB.

Já no início dos anos 1960, com a intensificação das lutas, o tema da reforma agrária passou a ser peça central na conjuntura. Em 1963, diversas federações de trabalhadores rurais se uniram e criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Mediante um contexto econômico industrial instável⁷ e a demanda pela solução do problema produtivo na agricultura, o assunto era pautado em instâncias sindicais, nos partidos, na igreja católica, por acadêmicos e pelo governo de João Goulart, que criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), tendo a reforma agrária como um dos pilares do Plano Trienal.

No entanto, a interrupção do regime democrático pelo golpe civil-militar de 1964 desviou o debate que avançava sobre a efetivação da distribuição de terras. Dentre as primeiras atitudes do general Castelo Branco, estiveram a supressão da SUPRA, a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), e a instituição da primeira lei sobre a reforma agrária: o Estatuto da Terra

7 Leia-se: Esgotamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações

(1964). Vale destacar que o Estatuto da Terra tinha como objetivo apaziguar os ânimos dos camponeses centralizando no Estado as operações que envolvessem a reforma agrária⁸.

Segundo Fernandes (2001):

O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização de tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção. (p. 43)

Além disso, o mecanismo de *módulo rural*, estabelecido pelo Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que classificou os imóveis rurais, direcionou as obrigações econômicas das unidades agrícolas. Esse engenho fixou os primeiros parâmetros legais de propriedade familiar, minifúndio, latifúndio e empresa rural. Da mesma forma, interlaçou as linhas gerais dos beneficiados pela reforma agrária à estrutura de propriedade familiar, que tinha como preceitos a “garantia de subsistência, progresso social e econômico e a promoção de justiça social” (BRUNO, 1995, p. 24). De acordo com Costa e Paulino (1991), o Estatuto da Terra balizou até 1990 “a determinação do tamanho dos lotes de terra a serem distribuídos à população beneficiária de programas de Reforma Agrária e de assentamentos” (p. 121).
 Todavia:

Deve-se registrar ainda que a Constituição de 1988 introduziu importantes mudanças na ordem legal, como a possibilidade de desapropriação das terras para fins de reforma agrária que não cumprissem sua função social. Além disso, também foi aprovada, no início da década de 1990, a Lei Agrária, que fixa novos parâmetros legais para a execução dos programas de reforma agrária. (MATTEI, 2012, p. 315)

Este movimento de institucionalização da reforma agrária alterou imediatamente a configuração do propósito camponês, pois estabeleceu como princípios agrícolas a dimensão e o nível de produtividade da propriedade - “corolário do uso racional da terra, da rentabilidade e do desenvolvimento nacional” (BRUNO, 1995, p. 24) - e, além do mais, retirou dos setores populares a legitimidade para concretizar a reforma, criando a política de concessão dos assentamentos⁹. De acordo com Mendonça (2010), as reformas sociais, na ditadura, seriam realizadas:

Através da repressão ao conjunto do movimento social e da lenta destruição dos canais institucionais de mediação entre Estado e sociedade civil organizada. Com isso, as reformas desenraizaram-se de suas origens sociais, tornando-se uma “concessão” do regime militar, o que significava afirmar o fim de qualquer possibilidade de uma reforma agrária voltada à transformação radical da estrutura de

8 O artigo número 10 do Estatuto da Terra determinou: “Caberá ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, em todo o território nacional, a organização e manutenção do registro cadastral e do controle dos contratos agrários” (BRASIL, Lei 4.504 de 30 de Novembro de 1964).

9 Entre 1964 e 1985, as concessões serviam para a “colonização agrícola” em áreas estratégicas, como zonas de fronteiras.

propriedade vigente. [...] Logo, o que se percebe é que o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito do técnico e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente. (MENDONÇA, 2010, p. 38)

O encolhimento do sentido da reforma agrária camponesa nada mais foi do que a manifestação da estratégia econômica que o governo militar pretendia adotar: o incentivo às empresas rurais como forma de capitalizar o campo e a criação de uma classe média de famílias rurais, para fornecer força de trabalho àquelas empresas e absorver os produtos da indústria. A “modernização conservadora” da agricultura brasileira será retomada com mais detalhes no próximo capítulo, por enquanto, cabe apenas apontar que o aparato político que proporcionou o “milagre econômico” - fundamentado na tecnocracia, produtivismo, arrocho salarial, aumento da desigualdade de renda, na exportação de primários e concentração de capitais - além de reprimir com violência os movimentos de lutas sociais, “após 20 anos, não permitiram sequer que do Estatuto saísse um plano nacional de Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

De acordo com Fernandes (2001), apesar da repressão aos movimentos populares pela ditadura, o escanteamento da reforma agrária “gerou igualmente a expansão dos conflitos e das lutas” (p. 44) durante a década de 1970. Cresceram frentes de luta dos assalariados do campo, por melhores condições e salários, dos posseiros, contra a grilagem e rapinagem dos latifundiários e empresas rurais, e a frente dos sem-terra, com acampamentos e ocupações. O resultado desta reorganização marca a gênese do MST, movimento de magnitude nacional, principal agente de luta pela reforma agrária no período pós-redemocratização do Brasil e que está enraizado na formação dos assentamentos rurais e na evolução de suas estratégias produtivas.

2.4 O MST, A RETOMADA DA LUTA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS

A data de fundação do MST coincide com a derrocada da ditadura militar no Brasil. No entanto, a gestação do movimento se iniciou anos antes, a partir dos problemas causados pelas transformações socioeconômicas da agricultura brasileira. Segundo Fernandes (2001), por um lado, a modernização dos militares dilatou as áreas de produção monocultoras (soja, cana-de-açúcar, laranja, etc), intensificou a mecanização e ampliou o número de assalariados no campo. Por outro lado, manteve os pequenos produtores alheios da política agrícola e expropriou e expulsou “mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para

outras regiões brasileiras” (FERNANDES, 2001, p. 49). Consoante com Stédile e Fernandes (2005), foi esta a base social que gerou o MST.

Além do aspecto socioeconômico sofrível dos trabalhadores rurais que permeava a agricultura no momento “pós-milagre”, outro fator que permitiu a formação do MST foi o trabalho pastoral da igreja Católica. A aplicação prática da Teologia da Libertação pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), surgida em 1975, instigou a reflexão dos trabalhadores acerca do problema agrário e a reorganização da luta dos camponeses. “Criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país [...], a CPT rompia o isolamento das diferentes práticas [...] entre sem-terras de diferentes estados” (FERNANDES, 2001, p. 75). Esta influência seria primordial para a identidade nacional do movimento nascido em janeiro de 1984, no I Encontro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel (PR).

De 1985 em diante, o movimento ganhou força, assumiu a ocupação como tática de resistência, enfrentamento e pressão, e se territorializou em todas regiões do Brasil. Fernandes (2001) aponta que até 1990 o MST já estava em 18 estados e, em 2000, em 23 unidades da federação, “ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra especializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades” (FERNANDES, 2001, p. 170).

Mesmo sofrendo com perseguições, assassinatos e com a criminalização dos movimentos populares¹⁰ no percurso de sua história, o MST aprofundou e adaptou sua luta em busca da reorganização agrária estrutural. Além da prática de ocupações, suas reivindicações políticas acompanharam estrategicamente a conjuntura política e econômica do país, variando de acordo com a linha do governo federal. A trajetória política do movimento pode ser compreendida quando observamos as suas bandeiras ao longo do tempo. Oliveira (2001) nos dá um resumo das palavras de ordem e seus respectivos contextos:

Na década de 80, o lema era *Terra para quem nela trabalha* (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: *Terra não se ganha, terra se conquista* (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: *Sem Reforma Agrária não há democracia* (1985) e *Reforma Agrária já* (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: *Ocupação é a única solução* (1986), *Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra* (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, *Reforma Agrária: na lei ou na marra* (1988) e *Ocupar*,

10 Um exemplo que vale destacar é a criação da União Democrática Ruralista (UDR), que surgiu “como uma forma de organização do latifúndio. Ela surgiu com duas intenções: reprimir o MST e, sobretudo, fazer pressão sobre o governo.” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 67)

Resistir, Produzir (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. [...] Na década de 90, durante o governo Collor, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: *Reforma Agrária: essa luta é nossa* (1990-91) e *MST, agora é pra valer* (1992-93). Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: *Reforma Agrária: uma luta de todos!* (1995) [...] No ano 2000 o lema passou a ser *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem de cumprir sua função social. (OLIVEIRA, 2001, p. 196)

Seguindo a linha do professor: no ano de 2007 o lema era *Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular*, mote utilizado para enfrentar o processo de exclusão econômica e social no campo, provocado pelo fortalecimento do agronegócio no segundo mandato de Lula, e para exigir “a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil” (MST, 2015); e, no 6º Congresso Nacional do MST, em 2014, a bandeira levantada foi *Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!*. Retomou-se a necessidade popular da reforma agrária perante à via administrativa da política de assentamentos, adotada pelos diversos governos do período pós-redemocratização¹¹. Vale ressaltar também que as transformações do capitalismo no meio rural brasileiro impactaram nas reivindicações do movimento, que incorporou a democratização do capital como etapa necessária para uma efetiva reforma agrária. Para Stédile, democratizar o capital:

Significa criar condições para que o camponês assentado tenha acesso a capital. [...] Ou seja, tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização. Daí nossa proposta de cooperativas nas agroindústrias e na comercialização, porque é impossível o camponês individualmente ter sua agroindústria ou controlar o comércio. (STÉDILE; FERNANDES; 2005, p. 162)

Com a evolução do número de famílias assentadas e dos Programas de Assentamentos (PA), o movimento passou a se preocupar com o processo de desenvolvimento dos assentamentos, auxiliando em suas estruturas organizativas e produtivas. Assim, por estar presente nos acampamentos de estradas, nas ocupações dos latifúndios e nos assentamentos regularizados, o MST “articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos.” (OLIVEIRA, 2001, p. 196).

¹¹ Não iremos analisar a fundo todas as ações governamentais, mas cabe assinalar que o Brasil passou por dois Planos Nacionais de Reforma Agrária: o primeiro, no governo Sarney (1985-1989), que prometeu assentar 14 milhões de famílias nos cinco anos de mandato e assentou cerca de 85 mil; o segundo, no governo Lula (2003-2010), período que mais assentou famílias. De acordo com Mattei (2012), foram assentadas 640.860 famílias. Além disso, houve planos emergenciais no governo Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994): o primeiro, anunciou o assentamento de 500 mil famílias, mas não efetivou nenhum assentamento, o segundo, prevendo 80 mil famílias, mas realizando apenas 23 mil.

A principal colaboração do MST para a organização da produção dos assentamentos foi o incentivo à cooperação agrícola. Neste sentido, para se fortalecer internamente, coordenar a produção dos assentamentos e representar politicamente os assentados, o MST, em 1992, fundou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) “a partir de aproximadamente 55 cooperativas de produção e comercialização, que operam na base, e de sete cooperativas centrais estaduais.” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 54). Segundo os autores, neste período, vários quadros do MST pesquisaram pela América Latina¹² experiências de cooperativas e seus resultados para o desenvolvimento, aumento da produção e para o avanço tecnológico dentro dos lotes.

O pilar básico da lógica cooperada de produção, para Stédile e Fernandes (2005), provém da eficiência que a divisão do trabalho na cooperativa proporciona. Este formato da divisão do trabalho seria “superior porque, do ponto de vista econômico, a renda da produção é dividida entre todos. Isso nem o capitalismo nem o camponês fazem. Aí está a garantia de que todos vão se beneficiar com o avanço técnico que houver naquela unidade produtiva” (STÉDILE; FERNANDES, p. 110).

Portanto, para esses autores, a especialização dos assentados em torno de uma atividade econômica comum seria parte fundamental do aumento da produtividade e do desenvolvimento das forças produtivas, que, em sua forma mais complexa, teria a configuração de agroindústria familiar.

12 O MST mantém grandes vínculos com o continente latino-americano até hoje, o que explica a relação íntima com a Via Campesina, movimento de luta pela reforma agrária atuante em toda América Latina.

3 AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA DO PÓS-GUERRA AOS DIAS ATUAIS

3.1 INTRODUÇÃO

Após percorrer a história da reforma agrária e do surgimento dos assentados no Brasil, o estudo procura avançar sobre o desenvolvimento produtivo dos assentamentos rurais criados. Para tanto, retomaremos as transformações ocorridas na agricultura nacional a partir da metade da década de 1960. Como vimos, esse momento marca o aniquilamento do movimento pela plena reestruturação agrária e promove a ascensão do processo de modernização das estruturas de produção no campo, fato que é decisivo para compreender a construção do atual cenário produtivo das zonas rurais.

Assim sendo, este capítulo divide-se em duas partes. A primeira delas visa sintetizar o decurso da “modernização conservadora” (1965-1985), que, precisamente quer dizer, da “etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo” (DELGADO, 2012, p. 13), e, ainda, busca examinar a expansão e consolidação do agronegócio exportador de *commodities* como o dominante formato da produção agrícola na economia brasileira.

Na segunda parte, o trabalho discute a metamorfose tecnológica da estrutura produtiva dos produtores familiares e, em particular, dos assentamentos rurais de reforma agrária. Para isso, detalharemos as estratégias organizacionais incorporadas pelas famílias trabalhadoras e mapearemos os incentivos dados pelos governos aos assentados, tais como as facilidades de financiamento para a produção e modernização, além das políticas de auxílio no escoamento dos produtos.

3.2 A “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA” E O AGRONEGÓCIO

A etapa de modernização agrícola do período ditatorial foi marcada pela inserção de mecanizações e tecnologias na produção das grandes propriedades – via incentivos do governo e mirando a alta produtividade para exportação – e pela transformação da relação entre capital e trabalho no campo. Ou seja, esta fase combinou a mudança técnica da base produtiva com a construção de “complexos agroindustriais” financeiramente integrados, que, por sua vez, aprofundaram a divisão do trabalho no espaço rural brasileiro. Esses fenômenos, segundo Delgado (2012), seriam processos históricos distintos no tempo e no espaço rural, porém interligados na evolução da atividade agrícola nacional. Em síntese, o autor destaca que:

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. (DELGADO, 2012, p. 91)

Para Graziano (1996), a agricultura moderna é concebida em quatro fases. A primeira limita-se à transformação da base técnica, articulada pelo Estado e empresas estadunidenses¹³. A segunda etapa caracteriza-se pela industrialização da produção rural com o surgimento de indústrias de bens de produção agrícolas e de grãos voltados ao mercado externo. Na terceira fase, acontece a interação entre a agricultura e a indústria. E por último, efetiva-se a integração de capitais (agrários, industriais e bancários) sob o controle do capital financeiro. Assim, segundo Matos e Pessôa (2011):

Com a constituição dos complexos agroindustriais, a agricultura passa a crescer não apenas em função do mercado externo, mas também para atender às demandas do mercado interno, mais especificamente os complexos agroindustriais. Portanto, a constituição dos CAIs representou a arrancada do processo de industrialização do campo e, por conseguinte, da reestruturação produtiva do capital no Brasil. (p. 9)

De acordo com Graziano (1999), esta reestruturação produtiva do capital, advinda da integração agricultura-indústria financeiramente centralizada, propiciou uma inter-relação setorial entre insumos e bens de capital – meios de produção. Nas palavras do autor, a agricultura no contexto do sistema agroindustrial “não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita certas indústrias, como também vende seus produtos, os quais se converteram, em sua grande maioria, em matérias-primas para outras indústrias” (GRAZIANO, 1999, p. 90). Neste sentido, as atividades operacionalizadas na dinâmica dos:

Sistemas agroindustriais criados ou fortalecidos e tecnicamente melhorados no anos 1970 constituem uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim, como sua diversificação e integração às múltiplas correntes do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais. (DELGADO, 2012, p. 17)

Em resumo, o funcionamento das atividades econômicas no campo “tratava-se, agora, de uma dinâmica conjunta do tripé 'indústria para a agricultura – agroindústria', que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação” (GRAZIANO, 1999, p. 90). Importante frisar que o fruto básico da transformação conservadora¹⁴ realizada no período militar, ou melhor, a passagem do “complexo rural” brasileiro para o “complexo

13 Vale salientar que a simples incorporação, por meio de crédito rural, de máquinas e insumos dependia de produtos internacionais, pois, numa economia em subdesenvolvimento, a inserção da tecnologia é dominada pelas economias desenvolvidas.

14 Transformações desiguais que concentraram-se regionalmente principalmente no sul e sudeste. O que implica, segundo Delgado (2012), na coexistência da agricultura tradicional ao sistema agroindustrial.

agroindustrial”, foi alcançado substancialmente a partir da atuação do aparelho estatal, que regulamentou, direcionou e executou sua particular política de modernização agrícola.

A efetuação da transfiguração da economia na agricultura brasileira teve como alicerce central a reorientação estatal da política agrícola via estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965. De acordo com Delgado (2012), este mecanismo visava realizar a integração técnica agricultura-indústria aprofundando as relações de crédito no setor rural. Isto é, ampliando e direcionando a oferta de créditos rurais, concedendo desonerações aos riscos produtivos (garantias para os preços de venda, seguro safra e seguro de crédito para a produção), proporcionando incentivos fiscais (descontos no Imposto de Renda e no Imposto Territorial Rural) e estimulando o consumo de pacotes tecnológicos da chamada “Revolução Verde” (sementes modificadas, agrotóxicos, etc).

Somados àqueles instrumentos financeiros e fiscais, os militares organizaram uma rede de órgãos estatais para o fortalecimento do processo de modernização nas grandes propriedades fundiárias. Deste modo, compunham este setor público rural: o SNCR, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Empresa Brasileira de Extensão Rural (Emater), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (Proagro), as instituições herdadas do governo Vargas¹⁵, entre outros.

O envolvimento do grande capital na agricultura, articulado pelo aparato estatal, além de produzir efeitos na esfera da produção, inevitavelmente afetou a configuração agrícola na esfera financeira. Na economia real, incentivou o uso extensivo da terra, favoreceu a monocultura, aumentou a composição orgânica do capital¹⁶, e proporcionou a criação de um mercado intersetorial interno entre bens de produção; na esfera financeira, provocou um movimento especulativo sobre os preços dos produtos agrícolas exportáveis e sobre o mercado de terras, abrindo margens para aplicações do capital. A propriedade rural, portanto, ao “permitir ganhos especulativos e ganhos de função, tornou-se um ativo alternativo para o grande capital” (GRAZIANO, 1999, p. 90).

Nas palavras de Delgado (2013), “forja-se a acumulação de capital no âmbito desses setores amalgamados pelo dinheiro público – complexos agroindustriais-agricultura, sistema de crédito e mercado de terras, como novo estilo de capitalismo agrário” (p. 62). Da mesma forma, “o capital financeiro na agricultura irá se configurar como virtual pacto de economia

15 Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB (CTRIN-DTRIG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

16 A composição orgânica do capital (coc) é a relação entre o capital constante e o capital variável (cc/cv). O movimento de aumento da produtividade via tecnologia significa mais máquinas (cc) por trabalhador (cv), o que eleva a coc e implica em menos força de trabalho requerida. Para mais detalhes ver Marx (2011).

política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado” (DELGADO, 2012, p. 92).

Depois de obter consideráveis taxas de crescimento do PIB durante o “milagre econômico”, a economia brasileira entrou num período de estagnação econômica provocada pelo endividamento externo. A crise da dívida externa atingiu os países latino-americanos nos anos 1980 e foi deflagrada com a moratória do México, em 1982, o que reverteu o fluxo de financiamentos externos para esses estados. Para administrar a crise da dependência externa, o governo brasileiro lançou mão de um “ajustamento” fiscal¹⁷ ao mesmo tempo em que equilibrou o Balanço de Pagamentos agarrando-se aos saldos comerciais resultantes do comércio do setor primário, que expandia a fronteira agrícola no centro-oeste.

Vale destacar que a entrada de divisas por meio dos *superávits* comerciais era prontamente direcionada aos credores internacionais na forma de “renda líquida ao exterior”, isto é, os saldos comerciais tinham a função de remunerar os “serviços” do capital estrangeiro financiador da dívida. Esta política irá vigorar até 1995, quando o governo Fernando Henrique Cardoso a substituiu por uma política de abertura para captação de capital externo com base na estabilização monetária e no pagamento de juros com o Plano Real, – o que provocou novo endividamento e nova crise no fim de 1998 – mas depois será retomada com a reorganização do agronegócio, nos anos 2000.

No período de 1994 a 1999, segundo Delgado (2012), houve uma queda nos preços das *commodities*, conseqüentemente, do preço das terras, e desarticulou-se o projeto agrícola estatal cunhado na “modernização conservadora”. A “Cédula do Produtor Rural” (CPR), criada em 1994, reflete o deslocamento do suporte fornecido pelo Estado para a articulação dos setores privados, na medida em que os produtores rurais e cooperativas seriam autorizados a emitir títulos com a finalidade de captar recursos de agentes privados para compor o capital de giro e aquisições de insumos. A CPR tratou-se do primeiro mecanismo privado de financiamento agropecuário e favoreceu principalmente as *tradings*, como as multinacionais exportadoras de agrícolas Bunge, Cargill e ADM, que tiveram acesso às terras a baixo custo¹⁸.

O bojo do agronegócio localiza-se em 1999, depois do estouro de outra grave crise da dívida, similar à crise de 1982. Consoante com Delgado (2012), os ataques especulativos no

17 Aos poucos, o Estado deixou de ser o financiador e patrocinador das atividades agrícolas, reduzindo substancialmente o volume de crédito rural fornecido. “Em menos de dez anos, o sistema de crédito foi reduzido em mais de 100% e a perda maior foi sentida a partir de 1990” (MATOS;PESSÔA, 2011, p. 20)

18 A CPR durou até 2002 e era colocada como parte da Reforma Agrária Assistida pelo Mercado, promovendo a privatização de aquisição de terras a preços baixos. Foi apoiada pelo Banco Mundial e criticada pelos movimentos sociais. Deste projeto, no entanto, surgiram outros programas, como o Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, criados em 1998 e 2002, e o Programa Nacional de Crédito Fundiário, criado em 2003 e ainda em vigência.

mercado de câmbio contra o Real secaram o volume de reservas líquidas do Brasil e impossibilitaram a política econômica de captação de capitais via endividamento externo. Por conta disso, em seu segundo mandato, FHC:

Organiza uma tentativa de reedição do modelo de ajustamento externo pelo setor primário, cujas características somente ficarão visíveis no final deste governo e início do seguinte. E nesse contexto relança-se a estratégia externa do agronegócio, reeditando em parte a política externa do período 1983/93, mas em novo contexto da economia mundial. (DELGADO, 2012, p. 88)

A reorganização da política agrícola agroindustrial para exportação, apelidada de *agro-business*, encontrou na conjuntura do comércio internacional um ambiente favorável para os preços das *commodities*, muito por conta das grandes quantidades comercializadas de soja, milho, carnes, aves, açúcar, álcool, celulose e minérios para a Europa, Estados Unidos e China. “Em pouco mais de uma década, 1999-2012, o país quintuplica em dólares suas exportações passando de 50,0 bilhões a 250,00 bilhões.” (DELGADO, 2013, p. 63).

Esse contexto trará de volta ao enredo econômico a política de exportação de primários e todo seu arcabouço produtivista. No entanto, segundo Delgado (2013), “essa estratégia tem agora certa centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado” (p. 63). Ou seja, a acumulação baseada no conjunto¹⁹ Estado, agricultura, complexos agroindustriais, sistema de crédito e mercado de terras, a partir dos anos 2000, será adotada como estratégia “macroeconômica” prioritária em todos governos subsequentes²⁰, buscando a entrada de dólares no país e a manutenção do Balanço de Pagamentos²¹. “Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa.” (OLIVEIRA, 2013, p. 133).

Esta fórmula econômica se enraizará e terá estabilidade até o ano de 2008, quando a crise de acumulação do capital financeiro internacional e, conseqüentemente, a retração da liquidez externa, “recrudescerá o déficit na 'Conta Corrente', tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo” (DELGADO, 2012, p. 95). Deste modo, o autor aponta que o posicionamento brasileiro no comércio mundial, direciona-

19 Uma peculiaridade do novo pacto político do sistema de acumulação agrário no agronegócio são as parcerias público-privadas (PPP). Esse modelo possibilitou uma “articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um lócus privilegiado de acumulação capitalista” (Campos, 2011, *apud* DIAS, p. 45).

20 Durante os governos FHC II, Lula I, Lula II, Dilma I e Dilma II, aprofundou-se o arranjo político em defesa do agronegócio. Dentre as entidades orgânicas desse modelo, destacam-se a “OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, a ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio, oriunda da *Frente Popular da Agricultura*, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura e a *Bancada Ruralista*” presente no Congresso Nacional (DIAS, 2015, p. 69).

21 “O sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003/2007, quando vigorosos saldos comerciais, oriundos dessas exportações, superaram o déficit de serviços da 'Conta Corrente', tornando-a superavitária.” (DELGADO, 2012, p. 95).

do pelas “vantagens comparativas naturais”²², acomoda o país na posição de provedor de produtos agrícolas e minérios na nova divisão internacional do trabalho, mesmo sendo:

Absolutamente inviável como solução estrutural ao desequilíbrio externo, até mesmo porque a persistência do “déficit” no quadriênio 2008-2011 evidencia um custo de remuneração ao capital estrangeiro que não pode ser compensado por saldos comerciais, gerados pelas 'vantagens comparativas' das exportações primárias (DELGADO, 2012, p. 97).

A trajetória da modernização da agricultura nacional até o pacto político e econômico do agronegócio revela a infiltração do capital financeiro no espaço rural brasileiro e a sistematização da produção agropecuária como fonte de divisas. Essa lógica ainda vigente sustenta as características de uma produção concentradora de terras e capital, e carrega consigo a emergência pela acumulação primitiva através da expansão da fronteira agrícola, que desta vez, propaga-se na macrorregião amazônica²³.

3.3 O CONTEXTO DA TECNOLOGIA CAMPONESA: SUBORDINAÇÃO, COOPERAÇÃO E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

A introdução de tecnologias produtivas nas pequenas propriedades rurais acompanhou de forma defasada a modernização dos grandes produtores. De acordo com Paiva (1971) apud Matos e Pessoa (2011), a transformação da base técnica na agricultura “não atingiu todos os produtores, todos os produtos e todos os espaços, de forma que ela pode ser caracterizada como um processo desigual e contraditório” (p. 8). No mesmo sentido, Delgado (2012), aponta que a “tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização, aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural” (p. 20). Graziano (1999), por sua vez, ressalta que a insuficiência de assistência técnica e de recursos financeiros e produtivos destinados às pequenas propriedades revelaram-se fatores limitantes da modernização no setor camponês, o

22 Este é um conceito da teoria clássica de comércio internacional e foi criado por David Ricardo em sua obra *Princípios de economia política e tributação*, publicado em 1817. Em resumo, quer dizer que os países obtêm vantagens no comércio internacional quando especializam-se no setor que conseguem ter maior produtividade. No caso do Brasil, o setor seria o primário.

23 O escoamento de soja pela foz do Amazonas tem sido veementemente almejado nos últimos anos. Para isso, o Estado planeja, via BNDES e parcerias público-privadas, realizar obras hidroviárias de infraestrutura na região dos Tapajós, sul do Pará, pois essa região ligaria as grandes propriedades produtoras de *commodities* do centro-oeste ao mercado internacional por um custo de transporte reduzido. Este fenômeno já intensifica a especulação sobre o mercado de terras e movimentação de lotes às margens dos afluentes do Amazonas e em futuros portos, como o de Miritituba/PA, por multinacionais exportadoras. O plano agrícola do momento é o “projeto “Grãos Norte”, do qual fazem parte a Hidrovias do Brasil Vila do Conde e outras duas SPEs: Hidrovias do Brasil Miritituba S.A. e a Hidrovias do Brasil Navegação Norte Ltda.”. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2014/Todas/20141222_hidrovia.html> Acesso em 28 set. 2015.

que conduziu “um crescente diferencial de produtividade em relação às unidades que puderam se modernizar intensamente” (p. 138)²⁴.

A exclusão dos pequenos produtores da política agrícola e do padrão tecnológico refletiu-se no processo de desterritorialização forçada provocada pela expansão do capital centralizador de terras. Se por um lado, os espaços urbanos brasileiros receberam um massivo êxodo rural entre as décadas de 1960 e 1980, por outro, os trabalhadores que permaneceram no campo transformaram-se em mão-de-obra para o grande setor rural ou foram incorporados junto com suas glebas ao funcionamento dos complexos agroindustriais. Neste sentido, de acordo com Graziano (1999), o campesinato remanescente que fora envolvido pelo circuito global do capital:

Encontra-se de diversas formas extremamente subordinado a esse circuito. E, também, que as transformações impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira operaram no sentido de tornar as unidades camponesas cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis: na obtenção de seus meios de vida; na compra de insumos, instrumentos de trabalho e terra; na venda de suas mercadorias em grau crescente; no financiamento de seus gastos correntes e investimentos; e no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar. (GRAZIANO, 1999, p. 142)

Desse ponto de vista, o autor ainda ressalta que o desenvolvimento desigual das forças produtivas no campo, de forma geral, reinventou a pequena produção, subalternando-a ao domínio do grande proprietário rural, do capital comercial e do capital agroindustrial. Gerava-se, portanto, uma dependência em relação às grandes empresas difusoras de tecnologias, assim como:

No sentido de torná-las cada vez mais dependentes do mercado. [...] O “novo camponês” que aí surge não é apenas o antigo, revestido de novas características e funções que o colocam como uma peça integrada ao circuito global da acumulação capitalista. Longe de ser apenas um personagem travestido, ele ganha novas determinações e gera também novas ambigüidades e contradições que, mais que tudo, legam-lhe importantes e novos papéis políticos (Graziano da Silva, 1982, apud DIAS, 2015, p. 13)

O novo estágio da produção agrícola, dessa forma, minou a disposição tradicional da produção familiar. A implicação direta do baixo grau tecnológico dos lotes somado à restrição no limite territorial cultivável repercutiu na redução do peso gerado pela pequena produção agrícola e favoreceu a importação de alimentos. Além disso, “as dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores, em concorrência direta com grandes conglomerados alimentícios,

²⁴ As tecnologias possíveis de serem absorvidas pelos pequenos produtores concentraram-se, de forma geral, em técnicas físico-químicas, como a aquisição de fertilizantes e defensivos.

tornaram cada vez mais difícil uma sobrevivência digna apenas com o plantio” (EID et al, 2015, p.2).

Tendo em vista que os assentamentos rurais de reforma agrária pertencem ao grupo de pequenos produtores familiares, logo, os efeitos sentidos por esses não fugiram às condições impostas naquele contexto modernizante. Deste modo, com o intuito de evitar a precarização do trabalhador rural, o MST desenvolveu a estratégia de cooperação agrícola como forma organizativa de aumentar a escala de produção, a renda das famílias e contornar os entraves econômicos associados à permanência do camponês no espaço rural. Vale ressaltar que a cooperação é uma prática comum do meio rural podendo ser percebida, por exemplo, nos tradicionais mutirões de carpina. Entretanto, o sentido de cooperação agrícola assume novas características sob a figura institucional da cooperativa e sob o contexto da expansão tecnológica e do capital financeiro no campo.

Dessa maneira, em 1989, despontaram as primeiras Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), representações coletivas cujo modelo de organização implica na proporcional remuneração do trabalho e distribuição dos rendimentos entre seus associados. Segundo Pimentel e Eid (2000), “as CPAs são consideradas pelo MST como a etapa mais evoluída de organização da produção, pois a produção, a gestão e o trabalho são feitos de modo coletivo” (p. 3), e, além do mais, as terras utilizadas permanecem sob o controle coletivo, o que torna possível a estruturação de agrovilas e facilita o manejo das áreas cultivadas. No mesmo sentido, Eid et al (2015) afirmam que a cooperação seria:

Um meio ou instrumento para realização das transformações sociais e para a melhoria permanente das condições de vida dos trabalhadores associados, superando as dificuldades que os assentados têm para sobreviver e competir no mercado através da exploração de seus lotes individuais com a força de trabalho familiares. (p. 5)

Visando fortalecer suas cooperativas associadas, o MST, em 1990, cria o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que tinha como função articular estrategicamente as CPAs presentes nos assentamentos. Da mesma forma, a CONCRAB, em 1993, fundaria o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) para capacitar a gestão dos dirigentes das cooperativas, e posteriormente, em 1995, instauraria o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), que centralizaria a formação técnica dos trabalhadores cooperativados.

Importante destacar que a evolução econômica das CPAs pretendia ultrapassar a barreira da produção de subsistência e do comércio local de excedentes com o intuito de atingir uma atividade capaz de competir em mercados formais e ampliar o volume de renda auferido. Logo, este processo marca a reconfiguração “de um produto conservado para a subsistência

(valor de uso) da família rural, para [...] um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar” (MIOR, 2007, p. 8).

Diante disso, a agroindustrialização das cooperativas converte-se numa tática substancial para as famílias rurais, visto que ela “produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.” (MIOR, 2007, p.8). Também “compreendida como uma alternativa técnico-produtiva, que busca diversificar a produção, as atividades e as rendas existentes dentro das unidades.” (GAZOLLA; PELEGRINI, 2011, p. 363).

Em relação aos assentamentos de reforma agrária, Eid et al (2015) atestam que:

A agroindustrialização está colocada como uma etapa de amadurecimento das iniciativas econômicas que tiveram início com a conquista da terra, assentamento de famílias, produção inicial para subsistência, produção direcionada para formação de excedente para comercialização, chegando à etapa agroindustrial para maior agregação de valor à produção coletiva (p. 3)

Dentre as principais características das cooperativas agroindustriais familiares estão: a substituição dos produtos finais *in natura* por industrializados; maiores preços na venda dos produtos agroindustriais; a qualidade do produto; trabalho e gestão familiares; a localização no meio rural; matéria-prima da própria terra, ou de vizinhos; processos artesanais específicos; e utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores comparativamente às agroindústrias convencionais. Wilkinson e Mior (1999) também chamam a atenção para a presença de algumas diversificações não-agrícola.

Frente as novas circunstâncias da economia rural brasileira a partir da década de 1990, todavia, o fenômeno de agroindustrialização das cooperativas familiares, ao mesmo tempo em que molda suas particularidades, reproduz a lógica do complexo agroindustrial tradicional. Isto porque:

Embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais nos marcos das cooperativas filiadas, sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização. [Mas], evidentemente as escalas preconizadas pelo sistema agroindustrial cooperativo são menores que as da agroindústria convencional (MIOR, 2007, p.3)²⁵

Além do que, “a reflexividade dos agricultores em relação à experiência da integração com a agroindústria convencional é uma situação sempre presente. É ela que informa e se transforma em ponto de passagem quando da decisão e ação dos agricultores” em constituírem uma agroindústria (MIOR, 2003, p. 190). No entanto, para Prezotto (2002), a repetição

²⁵ Neste sentido, Eid, Pimentel e Severino (2009), ressaltam que “numa perspectiva de viabilidade, fez-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade” (p. 34).

do modelo padrão agroindustrial poderia ser evitada se houvesse melhor adaptação da estrutura ao local e às características da pequena agricultura familiar. Mas, para isso, seria necessária uma gama de incentivos públicos em arranjos municipais, estaduais e federal. Entre as ações governamentais externas às famílias, autor destaca:

A assistência e capacitação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social e na gestão do empreendimento; o resgate e geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas indústrias; estudos de mercados e mecanismos de apoio à comercialização, considerando, também, os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais, etc.); o crédito adequado e acessível; a implantação e/ou adequação da legislação e do serviço de inspeção sanitária e legislações em outras áreas, como a tributária e a ambiental, de acordo com a realidade da ARRP [Agroindústria Rural de Pequeno Porte] e da agricultura familiar. (PREZOTTO, 2002, p. 151)

A incorporação da dinâmica agroindustrial nos moldes familiares delimitados, portanto, depende da mobilização dos mais diversos meios. Segundo Mior (2003), esses meios abrangem desde recursos “internos das famílias e propriedades rurais, (matérias-primas, competências familiares, recursos financeiros etc.), até os externos presentes ou possíveis de mobilizar nos espaços locais e regionais” (p. 189).

O primeiro programa de apoio institucional aos pequenos produtores nasceu no governo Itamar Franco, em 1994, como resultado de crescentes pressões sindicais. O chamado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) surgiu como um instrumento que visava prover crédito agrícola através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo Eid et al (2015), a reformulação na concepção e abrangência desse programa, em 1996, originou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal plataforma nacional de suporte aos pequenos produtores.

Desde então, diversas políticas, programas e outras ramificações de apoio foram sendo criadas, adaptadas ou ampliadas em torno do acesso aos recursos, desenvolvimento tecnológico-produtivo e escoamento da produção familiar. No que se refere a agroindustrialização familiar, destacam-se: o Pronaf Agroindústria (1999); a linha AGREGAR (Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural), ramificação do Pronaf Agroindústria; o Programa Terra Sol (2004), criado como parte do II PNRA e do Plano Plurianual (PPA); o crédito Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos - BNDES); e o Programa Terra Forte (2013), direcionado às famílias dos Projetos de Assentamento. Além desses, também surgiram Programas Estaduais de Agroindústrias Familiares (PEAF), o Programa Territórios Rurais (MDA), diversos programas de assistência técnica²⁶, formação governa-

26 “A partir do governo Lula (2003-2010), com a redefinição das competências do Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve o resgate e fortalecimento das ações de ATER e dos programas para as áreas de assentamentos, instituídas por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

mental de estoque dos produtos agroindustriais, e redes de segurança alimentar voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos.

A constatação da agroindústria familiar como meio de reprodução dos pequenos produtores rurais, no entanto:

Ganhou mais projeção diante da reestruturação dos mercados agroalimentares, onde se tornou crescente a demanda por produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local (WESZ, 2009, p. 1).

De acordo com Bergamasco e Almeida (2009), nos últimos anos, “o Brasil tem vivido a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais” (p. 97). Estas políticas interagem de maneira estruturante os princípios de erradicação da fome, alçados pelo governo petista, com a agricultura familiar. Desta forma, cria-se um elo entre a segurança alimentar e os pequenos produtores, principalmente por meio da criação dos mercados institucionais: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁷.

Em síntese, o governo faz a compra antecipada de produtos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, incentivando a produção e gerando renda – ou seja, fortalecendo a agricultura familiar –, e distribui os alimentos, posteriormente, para quem deles necessita – por meio das entidades da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. (GOMES, 2012, p. 183)

Neste sentido, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, em 2003, incluiu no debate sobre o desenvolvimento produtivo dos assentamentos o rol de políticas públicas voltadas ao mercado de agroalimentos²⁸. Segundo Esquerdo e Bergamasco (2013), a ascensão de Lula proporcionou uma série de ações relacionadas ao arranjo agroalimentar e ao enredo produtivo dos pequenos produtores agrícolas. Entre as principais realizações estão: a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os programas Fome Zero e Brasil Sem Miséria, o surgimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o fortalecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), além dos programas de aquisição e de assistência técnica já mencionados.

(PNATER) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER) [...] assim como, o referencial do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) do INCRA, de 2008” (EID et al, 2015, p. 17).

27 No mínimo, 30% dos recursos do PNAE são destinados à compra de produtos dos agricultores familiares, sendo que os produtores vinculados à cooperativas e aos assentamentos da reforma agrária têm prioridade.

28 Vale destacar que a agroindustrialização não é pré-requisito para ser beneficiado pelos programas. Entretanto, Eid et al (2015), ao observar empiricamente a evolução da estrutura produtiva de uma cooperativa, indica que o acesso ao PNAE é considerado pelos cooperados como uma etapa básica para a criação da agroindústria por conta da entrada de renda. Este acesso, no entanto, seria dificultado pela alta informalidade do setor, fazendo-se necessário um passo prévio de formalização das unidades produtivas.

Neste contexto, os assentamentos de reforma agrária receberam um aporte de políticas públicas por diversos sentidos, seja pelo número de programas destinados ao financiamento para produção e tecnologias, por programas de apoio à agroindustrialização ou pela criação mercados direcionados.

O governo de Dilma Roussef, de modo igual, assume e dá continuidade à trama composta por seu antecessor, como também incorpora o discurso do “avanço da qualidade” dos assentamentos rurais como a base da política de assentamentos. No entanto, a eficiência “dessas ações governamentais tem se mostrado pouco eficaz no sentido de viabilizar a reprodução social dessas famílias a partir da estruturação produtiva agrária” (MATTEI; NIERDELE.; MULINARI, 2011, p. 24). Desta forma, resta saber se a expansão das políticas de estruturação agroindustrial são suficientes para garantir a sobrevivência dos assentamentos frente a dinâmica do capital no campo numa conjuntura em que o período de alta do preço das *commodities* se reverte.

4 OS ASSENTAMENTOS E AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo sintetiza e discute informações numéricas sobre os assentamentos rurais a fim de identificar suas características gerais e, em especial, detectar a relação dos assentados com a estrutura agroindustrial familiar de produção. Neste sentido, o levantamento dos dados divide-se em quatro partes: a primeira consiste num breve balanço sobre a evolução da política de assentamentos; a segunda resume-se ao comportamento do crédito rural e do PRONAF; já a terceira discute a configuração da produção vigente das famílias assentadas. Por fim, a quarta seção destaca os avanços e limites da política de agroindustrialização nos assentamentos rurais brasileiros.

Inicialmente é importante destacar que a pesquisa esbarrou em uma série de limitações devido à heterogeneidade regional dos assentamentos, e as características dos bancos de dados, em sua maioria agregados nacionalmente. Também vale salientar que as fontes dos relatórios a seguir concentram-se em informações oficiais, isto é, dados institucionais do governo federal. Esta restrição levanta barreiras analíticas, pois existe uma burocracia de acesso às informações mais completas que afetou o corpo da análise.

Outro ponto que merece ser mencionado refere-se à forma com que os dados estão dispostos. As informações sobre os créditos destinados aos assentamentos, por exemplo, encontram-se dissolvidas no conceito legal de agricultura familiar²⁹, que envolve outras unidades produtoras de pequeno porte. Os números sobre a produção agroindustrial dos assentamentos, por sua vez, encontram-se agregados conjuntamente nos relatórios anuais dos indicadores das grandes agroindústrias. A exceção existe na tabulação especial do Censo Agrário de 2006 apresentada pelo IBGE em 2010, que diferencia a atividade agroindustrial familiar da agroindústria não-familiar. No entanto, a peculiaridade desta pesquisa impossibilita uma análise acerca de séries históricas. Desta forma, cabe ressaltar a necessidade de estudos de campo inter-relacionados para compreensão mais próxima da realidade dos assentamentos e de suas formas de produção.

Apesar das limitações das informações, mesmo assim o estudo apresenta um desenho sintético de alguns indicadores factíveis, empenhando-se em fazer análises descritivas que sejam capazes de apontar caminhos para trabalhos futuros com maior profundidade e rigor estatístico.

²⁹ Lei número 11.326 de julho de 2006.

4.2 BREVE BALANÇO SOBRE OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS

Esta seção situa numericamente a política de assentamentos a partir de sua evolução histórica e de sua situação atual. A partir das informações oficiais fornecidas pelo banco de dados do INCRA³⁰, foi possível sistematizar a trajetória e o retrato dos Projetos de Assentamentos (PAs), do número de famílias assentadas e da área destinada ao reordenamento agrário. As informações gerais sobre a evolução dos programas de assentamentos encontram-se resumidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução anual dos Projetos de Assentamentos, capacidade de famílias assentadas e área incorporada no Brasil – 1964 a 2014

Ano	Capacidade de Famílias (f)	Projetos Criados (p)	Área incorporada pela criação de projetos de assentamentos (ha)	Área média por Projeto (ha/p)	Área média por família (ha/f)	Média de Famílias por Projeto (f/p)
Até 1995	111.756	1.323	19.037.856	14.390	170	84
1996	45.471	465	2.494.587	5.365	55	98
1997	66.869	714	4.165.677	5.834	62	94
1998	94.353	760	3.026.767	3.983	32	124
1999	90.019	670	2.335.572	3.486	26	134
2000	61.411	423	2.136.635	5.051	35	145
2001	72.301	476	1.855.728	3.899	26	152
2002	43.710	379	2.385.153	6.293	55	115
2003	37.674	321	4.527.219	14.103	120	117
2004	80.443	457	4.707.119	10.300	59	176
2005	122.794	860	13.012.611	15.131	106	143
2006	127.731	669	9.209.242	13.766	72	191
2007	63.142	386	5.787.839	14.994	92	164
2008	66.262	327	4.134.244	12.643	62	203
2009	54.255	298	4.632.004	15.544	85	182
2010	38.013	211	1.889.475	8.955	50	180
2011	22.243	112	1.907.652	17.033	86	199
2012	22.789	120	329.181	2.743	14	190
2013	30.359	136	319.910	2.352	11	223
2014	32.277	145	415.447	2.865	13	223
TOTAL	1.283.872	9.252	88.309.919	9.545	69	157

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.

Elaboração própria.

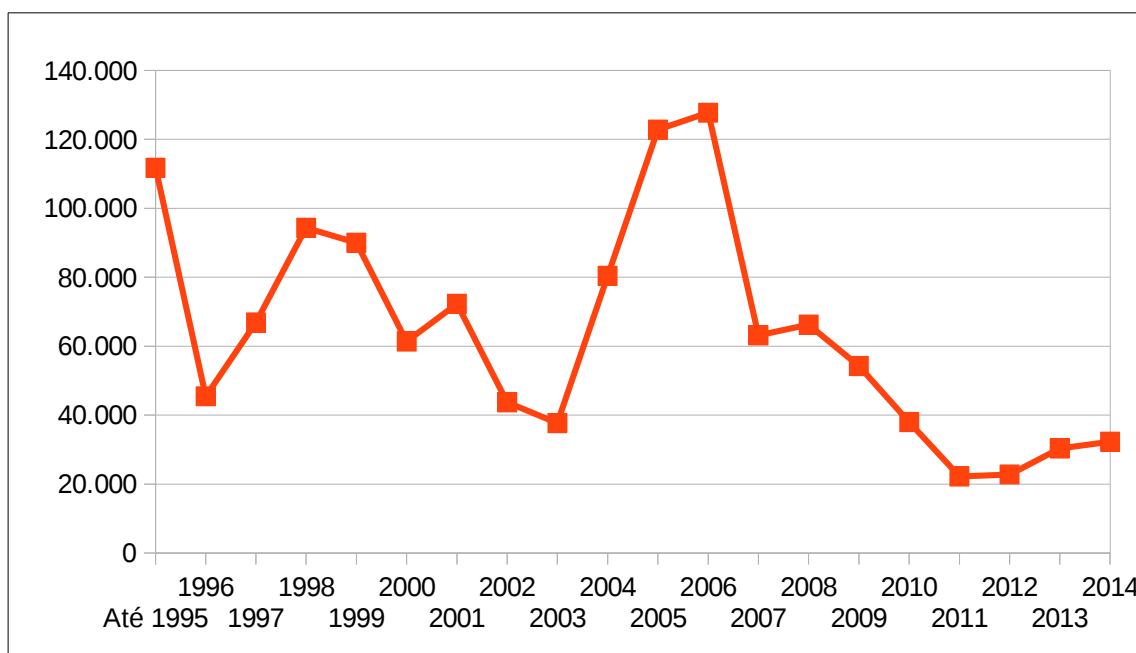
³⁰ Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

Desde o início da política de assentamentos, em 1964 até dezembro de 2014 foram registrados pelo INCRA 9.252 Projetos de Assentamentos (PAs) em cerca de 88 milhões de hectares, o que equivale a uma capacidade para abrigar 1.283.872 famílias. Em média, a reforma agrária do estado incluiu 157 famílias por projeto, 9.545 hectares por projeto de assentamento e 69 hectares por unidade familiar. Os anos que apresentaram as maiores médias de famílias por projeto foram 2013 e 2014, que, em contrapartida, mostraram as menores médias de área por família assentada e de área por projeto realizado, indicando um processo de redução do tamanho dos lotes familiares nos assentamentos mais recentes, acompanhado pela diminuição do volume anual de terras incorporadas no processo de reforma agrária estatal.

Ao longo dos anos, vale destacar que a área média anual por projeto de assentamento foi superior entre os anos de 2003 e 2011, com exceção da faixa de anos “Até 1995”, que representam assentamentos direcionados às áreas de colonização. As maiores áreas médias dos lotes familiares também encontram-se entre 2003 e 2011.

A evolução anual de famílias assentadas pode ser melhor observada com o auxílio do Gráfico 1. Nota-se que os anos de 2005 e 2006 foram os que mais assentaram pessoas em termos absolutos. Em contrapartida, o ano de 2011 e os seguintes revelam as menores quantidades de famílias assentadas.

Gráfico 1 – Evolução anual do número de famílias assentadas no Brasil – 1964 a 2014



Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.
Elaboração própria.

A discussão detalhada sobre as causas que provocaram a queda do número de famílias assentadas a partir de 2008 foge ao escopo do trabalho. Entretanto, vale ressaltar que esta opção governamental situa-se num momento de crise de acumulação do capital, o que implicaria numa política preferencialmente voltada ao agronegócio, como visto anteriormente, principal mecanismo de obtenção de divisas. Nesta linha, ao desagradar os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, limitando o processo de distribuição de terras, e manter o Brasil “no seleto grupo de países com as maiores taxas de concentração de terra no mundo” (MATTEI; NERDELE; MULINARI, 2011, p. 24), a justificativa adotada pela máquina pública escora-se no argumento de qualificação dos assentamentos em detrimento de novos projetos.

A Tabela 2, dispõe os dados em faixas anuais relativas aos governos vigentes. Neste sentido, nota-se que o primeiro mandato de Lula foi o maior em termos percentuais de projetos de assentamentos, famílias assentadas e área incorporada. Destaca-se que durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram criados cerca de 42% dos PAs, mas ao mesmo tempo incorporou apenas 21% da área total. Ou seja, neste período, a política de assentamentos empenhou-se em criar projetos, mas não desconcentrar a estrutura agrária nacional. Já o primeiro governo de Dilma Rouseff detém as menores porcentagens em termos de projetos criados, famílias assentadas e área incorporada. Este freio no ritmo da política de assentamentos inverte a ascensão iniciada nos mandatos petistas anteriores e também reflete a insistente política de proteção ao agronegócio pelo estado com relação às grandes propriedades agropecuárias.

Tabela 2 - Proporção dos projetos de assentamentos, famílias assentadas e áreas reformadas no Brasil por faixa de anos – até 2014

Faixa de anos	Projetos Criados (%)	Famílias (%)	Área (%)
Até 1995	14,30	8,70	21,55
1996 a 1998	20,96	16,10	10,97
1999 a 2002	21,05	20,83	9,87
2003 a 2006	24,94	28,71	35,62
2007 a 2010	13,21	17,27	18,62
2011 a 2014	5,54	8,39	3,37
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.
Elaboração própria.

Sob o prisma da trajetória produtiva dos assentamentos, de acordo com o INCRA, até ser considerado um projeto consolidado, os assentamentos atravessam quatro fases: assenta-

mento criado, em instalação, em estruturação e em consolidação. A primeira situação indica que o espaço do PA consta legalmente como território da política de assentamentos. O assentamento em instalação assinala o trâmite de divisão dos lotes, o ingresso das famílias em suas glebas e o aporte dos primeiros créditos, relacionados à compra de itens de primeira necessidade e ferramentas e insumos para produção de subsistência. A fase de estruturação marca o início dos investimentos em infraestrutura desembolsados pelo INCRA, o apoio de serviços de assistência técnica e a inclusão produtiva das famílias por meio de microcréditos. Por fim, a etapa de consolidação dos assentamentos refere-se a uma situação em que os assentados produtivos buscam expandir a produção e sua renda.

As informações contidas nos relatórios do INCRA indicam que até o final da série, cerca de 54,8% dos assentamentos estão registrados como “Assentamentos Criados” ou “Assentamentos em instalação”. Este número de PAs equivale a 54,3% das famílias assentadas e a 67,3% da área total destinada à reforma agrária, como expõe a Tabela 3. Isto quer dizer que mais da metade dos assentamentos rurais do Brasil limitam-se à produção de subsistência, sendo que 37% das famílias ainda não alojaram-se devidamente nas terras de destino.

Tabela 3 - Situação dos Projetos de Assentamentos no Brasil em outubro de 2015

Situação do PA	Assentamentos	%	Famílias assentadas	%	Área (ha)	%
Criados	3.466	37,3	362.793	37,4	26.415.452	29,9
Em instalação	1.627	17,5	163.456	16,9	32.976.769	37,4
Em estruturação	2.582	27,8	225.324	23,2	11.641.670	13,2
Em consolidação	1.113	12,0	135.617	14,0	9.137.966	10,4
Consolidados	502	5,4	82.450	8,5	8.097.849	9,2
Total	9.290	100,0	969.640	100,0	88.269.707	100,0

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.

Elaboração própria.

Da mesma forma, os assentamentos que estão em estruturação ou consolidação, ou seja, que estão sendo incluídos na lógica produtiva ou permanecem com sua produção instável, somam 39,8%, o que representa 37,2% das famílias e 23,6% da área total. Finalmente, os assentamentos oficialmente registrados como consolidados representam 5,4% do total, 8,5% das famílias e 9,2% da área, menores proporções em relação às outras situações, o que indica um entrave geral para o desenvolvimento das estruturas de produção e uma fragilidade na estabilização do ciclo da atividade econômica.

A tabela a seguir sintetiza as principais informações disponíveis sobre os programas de apoio que circundam os assentamentos. Na tabela 4, foram sistematizadas informações dos assentamentos que possuem acesso ao crédito rural por meio da Declaração de Aptidão (DAP)

“A” do PRONAF³¹. Além disso, a tabulação reúne dados da relação dos assentados com o Programa Terra Forte de agroindustrialização do BNDES, o Programa federal de Aceleração do Crescimento (PAC) e o acesso ao mercado institucional promovido pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por último, é possível constatar o número de famílias com Cadastro Único (CAD) de renda *per capita* menor do que R\$70,00 e famílias que tem acesso ao Programa Bolsa Família.

Tabela 4 - Proporção amostral de famílias incluídas nas ações do governo em outubro de 2015 no Brasil

Ação	Registros amostral de assentamentos	Amostra total de Famílias	Famílias incluídas nas ações	Proporção das famílias incluídas nas ações (%)
PRONAF – DAP A	890	110.336	56.142	50,88
Terra Forte	1.079	128.787	60.616	47,07
PAC	7.907	760.086	760.086	100,00
PAA	1.676	250.541	15.450	6,17
CAD 70	9.128	968.237	396.223	40,92
Bolsa Família	9.128	968.237	415.701	42,93

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.
Elaboração própria.

A leitura dos números revela que o programa de maior abrangência é o PAC, que distribuiu pelo menos uma máquina ou equipamento entre todos os assentamentos registrados na amostra do INCRA. Os outros registros indicam que metade das famílias nos assentamentos tem a declaração “A” do PRONAF, capilaridade limitada para a principal linha de crédito das famílias. Ademais, apenas 6,17% das unidade familiares que usufruem do PAA, expondo um gargalo na comercialização. Vale salientar ainda que em torno de 41% das famílias assentadas possuem renda menor do que R\$70,00 e cerca de 43% tem acesso ao Programa Bolsa Família.

Por fim, observa-se que 47,07% das famílias que compõem a amostra do INCRA usufruem do Programa Terra Forte. Este programa visa aplicar R\$300 milhões em projetos de implantação e/ou modernização de estruturas agroindustriais dos Projetos de Assentamentos. Os beneficiários concorrem ao financiamento por meio de editais e devem estar organizados em cooperativas ou associações. Ao analisar com mais detalhes a abrangência do Programa Terra Forte, a tabela 5 indica que 40,78% dos programas de assentamentos amostrais não estão incluídos no programa.

31 A categoria “A” permite o acesso ao crédito pela menor taxa de juros do PRONAF.

Tabela 5 - Alcance do Programa Terra Forte e sua proporção entre a situação de cada Projeto de Assentamento até outubro de 2015

Alcance	Situação	Terra Forte	%
Não incluídos no programa	-	440	40,78
Incluídos no programa Terra Forte	Criados	192	17,79
	Instalação	112	10,38
	Estruturação	204	18,91
	Consolidação	103	9,55
	Consolidado	28	2,59
Total	-	1.079	100

Fonte: INCRA – Relatórios SIPRA.
Elaboração própria.

Um olhar atento sobre as informações tabuladas permite concluir que a maior proporção do Terra Forte aglutina-se nos assentamentos em estágios iniciais, ou seja, existe uma política de iniciar a atividade produtiva dos assentamentos a partir de base agroindustrial. Se por um lado, estes dados indicam que a agroindustrialização está sendo direcionada para Projetos de Assentamentos que ainda não alcançaram estabilidade de produção, mas, por outro, mostram que a principal atividade dos assentamentos consolidados não foi desenvolvida a partir do estímulo à agroindustrialização.

4.3 O CRÉDITO RURAL E O PRONAF

A análise sobre o crédito rural busca compreender a dinâmica das vias financeiras que apoiam os assentamentos da reforma agrária. Deste modo, esta seção organizou informações contidas no Anuário Estatístico de Crédito Rural, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil, para esboçar um panorama geral da evolução do crédito no campo. Todavia, cabe ressaltar que a inexistência de informações financeiras públicas sobre os assentamentos em específico, tanto por parte do Banco Central ou Banco do Brasil, como por parte do INCRA e do MDA, limitou maior precisão da pesquisa.

Para contornar este problema, a saída encontrada foi analisar os dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal programa para os pequenos produtores e que inclui os assentamentos rurais nas categorias beneficiárias. Esta verificação, ao mesmo tempo em que permite uma aproximação ao objeto estudado, por basear-se na forma de produção familiar, não possibilita a diferenciação das unidades familiares assentadas dos pequenos produtores em geral.

Nesta perspectiva, a Tabela 6 compila as operações totais de créditos rurais e do PRONAF, comparando-as desde o ano de 1999. Vale ressaltar que os volumes de créditos transacionados anualmente foram corrigidos ao preço de janeiro de 2014, para retirar o efeito inflacionário da moeda no período. Isto é, as séries históricas foram deflacionadas como forma de garantir a interpretação sobre a variação real dos financiamentos.

Os dados mostram que o volume de crédito total, desde 1999 até 2014, somam cerca de 1,4 trilhões de reais a preços de 2014. Deste montante, aproximadamente R\$193,76 bilhões foram direcionados aos pequenos produtores familiares, o que implica numa proporção de 13,79% da participação do crédito do PRONAF no montante total do crédito rural. Percebe-se, entretanto, que a expansão anual dos créditos fornecidos pelo PRONAF acompanha de perto o aumento do crédito para os demais produtores, mantendo a proporção da verba direcionada aos agricultores familiares, entre 10,15% e 15,08% do total de créditos dispendidos no espaço rural ao ano.

Tabela 6 - Evolução real dos créditos no espaço rural, a preços de 2014 - Brasil

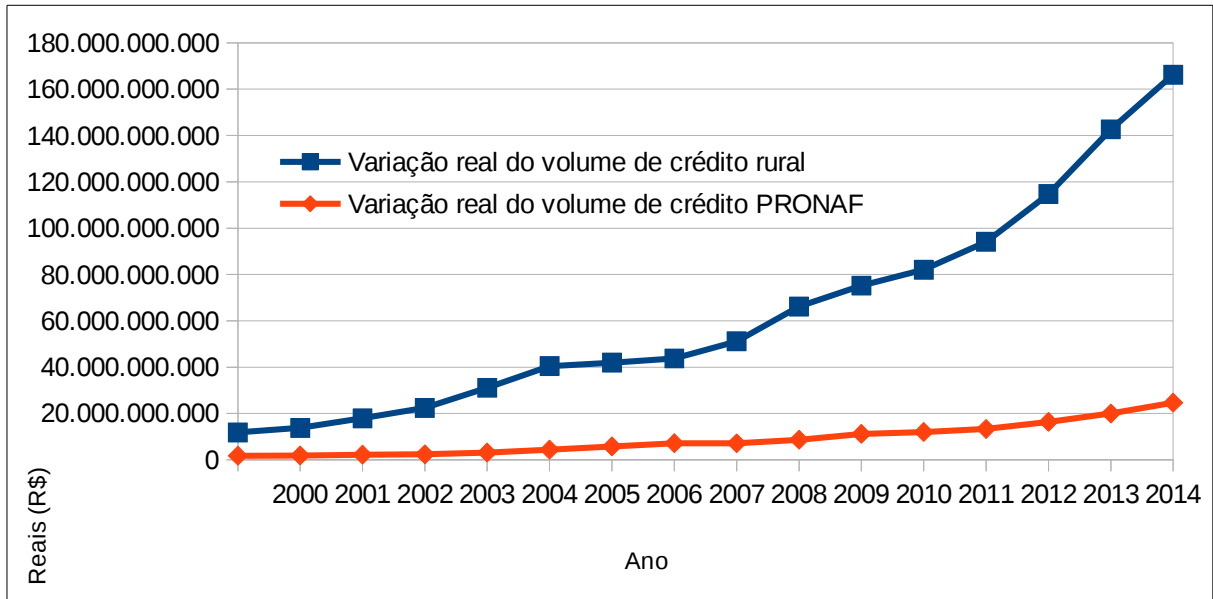
Ano	Crédito Rural Geral (R\$)*	PRONAF (R\$)*	Proporção entre geral e o PRONAF ao ano (%)
1999	42.532.183.609	6.412.401.058	15,08
2000	41.441.931.120	5.608.662.810	13,53
2001	49.144.514.387	6.055.358.190	12,32
2002	55.681.465.880	5.991.246.309	10,76
2003	61.042.675.744	6.198.732.010	10,15
2004	73.730.962.754	8.000.442.085	10,85
2005	68.215.008.702	9.406.008.775	13,79
2006	70.284.608.145	11.508.171.500	16,37
2007	79.161.208.509	11.020.496.667	13,92
2008	94.885.891.951	12.424.580.362	13,09
2009	98.812.240.022	14.744.197.613	14,92
2010	109.439.858.397	15.985.498.713	14,61
2011	112.742.243.973	15.938.358.020	14,14
2012	130.871.034.122	18.663.670.116	14,26
2013	150.523.196.450	21.102.523.411	14,02
2014	166.217.112.837	24.701.263.137	14,86
Total	1.404.726.136.602	193.761.610.775	13,79

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.

Elaboração própria.

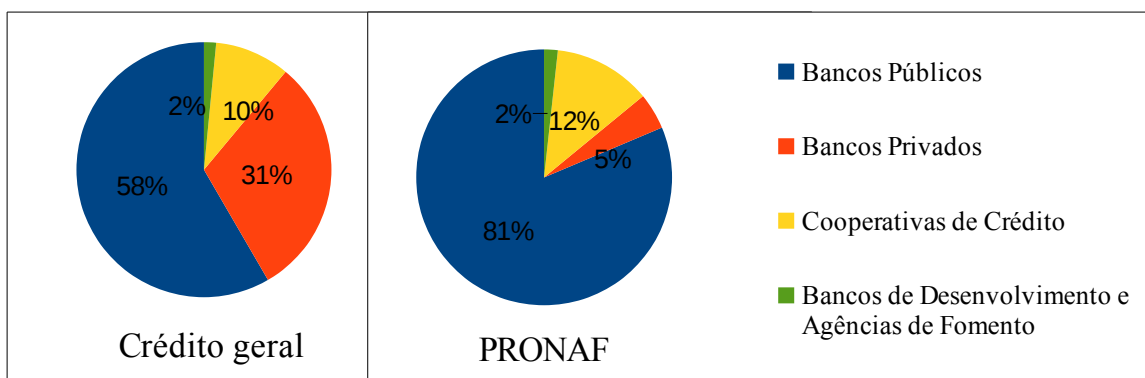
* Volume de crédito corrigido pelo IGP-DI com base em jan. de 2014.

Apesar da política de fortalecimento de crédito voltada aos agricultores familiares, na verdade são os grandes proprietários não familiares que receberam a maior parcela do dinheiro que circula em forma de crédito no campo. O Gráfico 2 ilustra a evolução anual dos volumes de créditos e mostra a guinada do capital direcionado ao agronegócio a partir de 1999.

Gráfico 2 - Evolução real ao ano dos créditos no espaço rural, a preços de 2014 - Brasil

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração própria.

O aumento na quantidade de créditos despendidos no meio rural evidencia o estreitamento das relações entre o capital agrário e as diversas instituições financeiras. Ao observarmos o Gráfico 3 e a Tabela 7, podemos constatar que os bancos públicos foram os maiores provedores de recursos financeiros no espaço rural brasileiro em 2014, com destaque para a carteira do Banco do Brasil.

Gráfico 3 - Composição do volume de crédito por instituição financeira no Brasil - 2014

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração própria.

No ano de 2014, os bancos públicos financiaram um total de 96,5 bilhões de reais das operações de crédito no campo, ou seja, 58% de todo crédito rural no referido ano. Desse percentual, apenas 20,83% foram para agricultores familiares, o que em termos absolutos equiva-

le a aproximadamente 20 bilhões de reais, evidenciando que o foco da atividade econômica rural são os grandes produtores. As cooperativas de créditos e os bancos de desenvolvimentos e agências de fomentos, por sua vez, somam 12% do financiamento geral, cerca de 19 bilhões de reais, e 14% do financiamento do PRONAF, proporção equivalente à cifra de 3,5 bilhões de reais.

Com relação aos bancos privados, detecta-se que as operações concentram-se no setor rural não-familiar. Em 2014, os bancos privados financiaram aproximadamente 31% de todo volume de crédito rural mas apenas 5% dos créditos do PRONAF, o que equivale a 2,23% dos 50 bilhões de reais desembolsados no setor agropecuário nacional, ou, em termos absolutos, 1,1 bilhão de reais, conforme mostrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Composição do volume de crédito por instituição financeira no Brasil - 2014

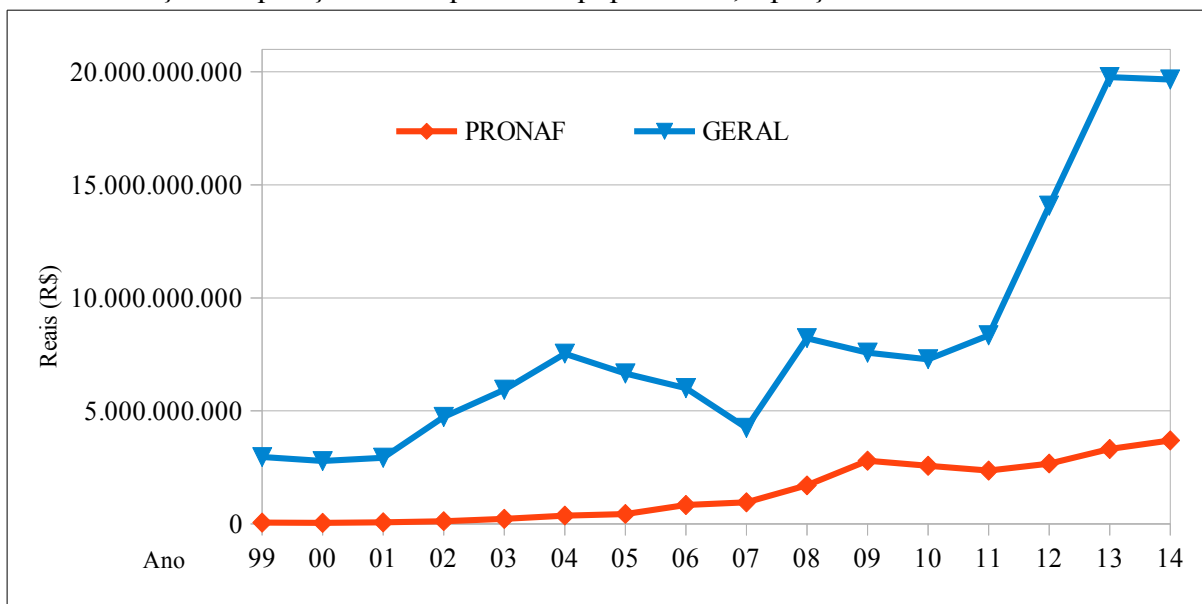
Instituição Financeira	Crédito Geral (R\$)	PRONAF (R\$)	Proporção entre geral e o PRONAF (%)
Bancos Públicos	96.496.239.741	20.101.025.294	20,83
Bancos Privados	50.677.000.594	1.129.453.500	2,23
Cooperativas de Crédito	16.097.768.744	3.042.841.995	18,90
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento	2.946.103.758	427.942.347	14,53
Total	166.217.112.837	24.701.263.137	14,86

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração própria.

Quanto aos créditos destinados à agroindustrialização e às melhorias da base técnica de produção, o Anuário Estatístico de Crédito Rural do Banco Central fornece informações sobre o volume orientado para o custeio de unidades agrícolas e pecuárias que almejam “beneficiamento da produção ou industrialização”. Além dessa categoria, outro canal útil para identificar a evolução da tecnologia no campo refere-se aos investimentos agropecuários direcionados à “aquisição de máquinas e equipamentos”.

Nesta direção, o Gráfico 4 ilustra a evolução dos créditos, a preços de 2014, que serviram como custeio de industrializações e investimentos em máquinas. A figura expõe que a porção anual do PRONAF utilizada na melhoria da base técnica não ultrapassa dos 4 bilhões de reais em 2014, enquanto que o crédito total para o mesmo fim aproxima-se dos R\$20 bilhões no mesmo ano. Ou seja, no último ano, cerca de 82% de todo crédito aplicado em melhorias técnicas tiveram como destino o produtor não-familiar.

Gráfico 4 - Evolução real ao ano dos créditos destinados ao beneficiamento ou industrialização e aquisição de máquinas e equipamentos, a preços de 2014 - Brasil



Fonte: Anuário de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração própria.

Outra informação relevante presente no gráfico 4 refere-se ao comportamento das curvas. Chama atenção que a inclinação da curva de créditos do PRONAF se mantenha relativamente baixa se comparada com o salto no volume total de recursos ofertados a partir de 2011. Dessa maneira, a curva “GERAL” mostra que os créditos totais utilizados na incorporação tecnológica mais que dobrou, indo de R\$8,3 bilhões em 2011 para R\$19,6 bilhões em 2013 (136%), enquanto que a parcela dos agricultores familiares soma R\$2,3 bilhões em 2011 e R\$3,3 bilhões em 2013 (43,5%).

A análise específica da composição do PRONAF relativa à modernização da produção encontra-se resumida na Tabela 8. Os dados mostram que a evolução dos créditos direcionados às estruturas técnicas de produção agrícola são feitas em maior escala na forma de investimento para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas e pecuários. Desde 1999, o total de recursos utilizados para o custeio agrícola e pecuário chega a 1,1 bilhões de reais, enquanto que a cifra gasta em aquisições de máquinas e equipamentos totalizam mais de 20 bilhões de reais a preços de 2014.

Tabela 8 - Evolução dos créditos do PRONAF direcionados às estruturas técnicas de produção, a preços de 2014 - Brasil

Ano	Beneficiamento ou industrialização		Máquinas e Equipamentos		Total
	Custeio Agrícola	Custeio Pecuário	Investimento agrícola	Investimento Pecuário	
1999	22.116,42	0,00	22.773.534,82	30.283.818,00	53.079.469,25
2000	16.726.162,41	92.884,85	16.576.691,31	6.877.927,87	40.273.666,44
2001	680.913,41	157.221,78	39.204.406,09	21.977.860,74	62.020.402,02
2002	280.941,89	50.991,96	92.734.129,80	22.210.401,65	115.276.465,30
2003	706.501,65	27.330,30	187.721.883,89	26.902.288,67	215.358.004,51
2004	279.633,44	305.692,96	316.006.262,89	48.007.484,51	364.599.073,80
2005	1.407.917,94	651.979,76	348.933.110,62	84.935.346,97	435.928.355,28
2006	499.035,32	245.054,48	650.684.089,64	175.949.208,03	827.377.387,47
2007	584.427,65	3.042.485,74	770.348.628,74	172.644.107,37	946.619.649,50
2008	684.447,39	1.702.973,35	1.446.032.904,88	252.422.553,33	1.700.842.878,95
2009	388.870,85	2.004.338,24	2.234.042.538,67	554.881.783,42	2.791.317.531,19
2010	92.748,03	2.061.042,54	2.028.122.525,92	532.950.273,06	2.563.226.589,56
2011	5.046.943,59	3.927.850,16	1.865.742.317,51	484.769.444,11	2.359.486.555,37
2012	93.413.317,33	72.598.839,78	1.913.167.888,30	587.536.607,96	2.666.716.653,37
2013	206.081.143,09	315.220.135,38	2.214.756.157,91	577.606.478,41	3.313.663.914,78
2014	235.041.728,13	279.072.581,94	2.482.387.146,63	694.838.215,40	3.691.339.672,10
Total	561.936.848,53	681.161.403,21	16.629.234.217,62	4.274.793.799,51	22.147.126.268,87

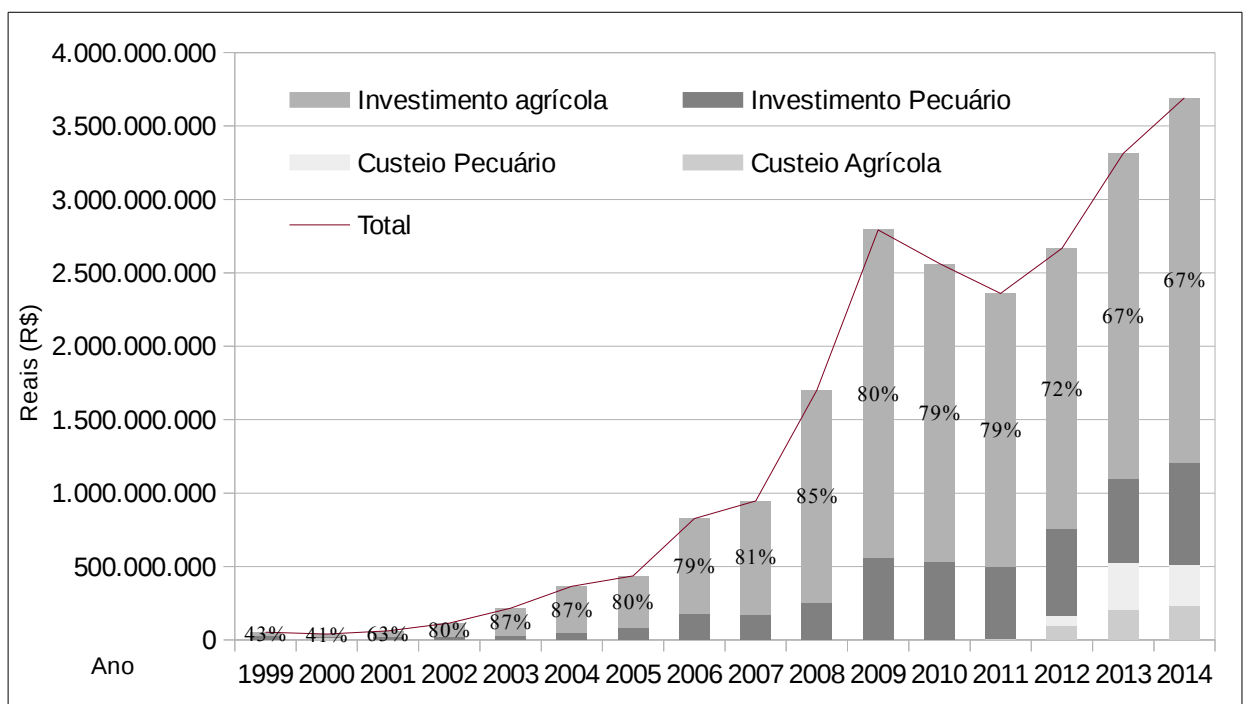
Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração própria.

Os dados acima mostram que os créditos para o custeio de industrialização ou beneficiamento da produção agrícola iniciaram uma enorme escalada a partir de 2010. Nota-se que de 2011 a 2014, a cifra desembolsada passou de R\$5.046.943,59 para R\$ 235.041.728,13, representando um salto de 4.557% em apenas 3 anos. Este aumento reflete a tendência de agroindustrialização voltada aos pequenos produtores, entretanto, o montante gasto com a industrialização é inferior a 1% do volume de créditos utilizados para a simples incorporação de máquinas e equipamentos. Ou seja, apesar do crescimento financeiro do custeio da industrialização, não há indícios de uma transformação na lógica da pequena produção para a agroindústria, já que a estratégia de evolução tecnológica tem seu eixo central na compra de tratores.

Vale salientar que o comportamento da atividade pecuária é similar à atividade agrícola, porém a diferença entre o custeio pecuário agroindustrial e os investimentos para a compra é consideravelmente menor do que a atividade agrícola. Esta distinção pode ser explicada pelas características específicas de cada produção, na medida em que a pecuária utiliza-se do pasto ou do confinamento ao invés de colheitadeiras, máquinas de irrigação ou outras máquinas deste calibre.

O gráfico 5, nesta sequência, demonstra a evolução relativa dos investimentos em estruturas técnicas de produção no PRONAF. Como apontado a partir dos números da tabela 8, a maior fatia do programa, em 2014, refere-se aos investimentos em máquinas em equipamentos, abrangendo cerca de 67% dos recursos. A disparada da incorporação de máquinas e equipamentos agrícolas se inicia em 2002, quando alcança o patamar de 80% dos recursos para tecnologia.

Gráfico 5 - Evolução real do crédito do PRONAF direcionado para estruturas técnicas, a preços de 2014 - Brasil



Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural – Banco Central do Brasil.
Elaboração Própria.

Assim, os anos posteriores estampam o crescimento dos recursos em tecnologias sendo liderados pelas compras de máquinas agrícolas e, em seguida, por máquinas pecuárias. O custeio da industrialização da produção pecuária aparece em terceiro, enquanto a agroindustrialização agrícola, por sua vez, mantém-se num nível próximo a zero por cento até os anos de 2012, 2013 e 2014, quando alcançaram a fatia de 4%, 6% e 6% dos gastos, respectivamente.

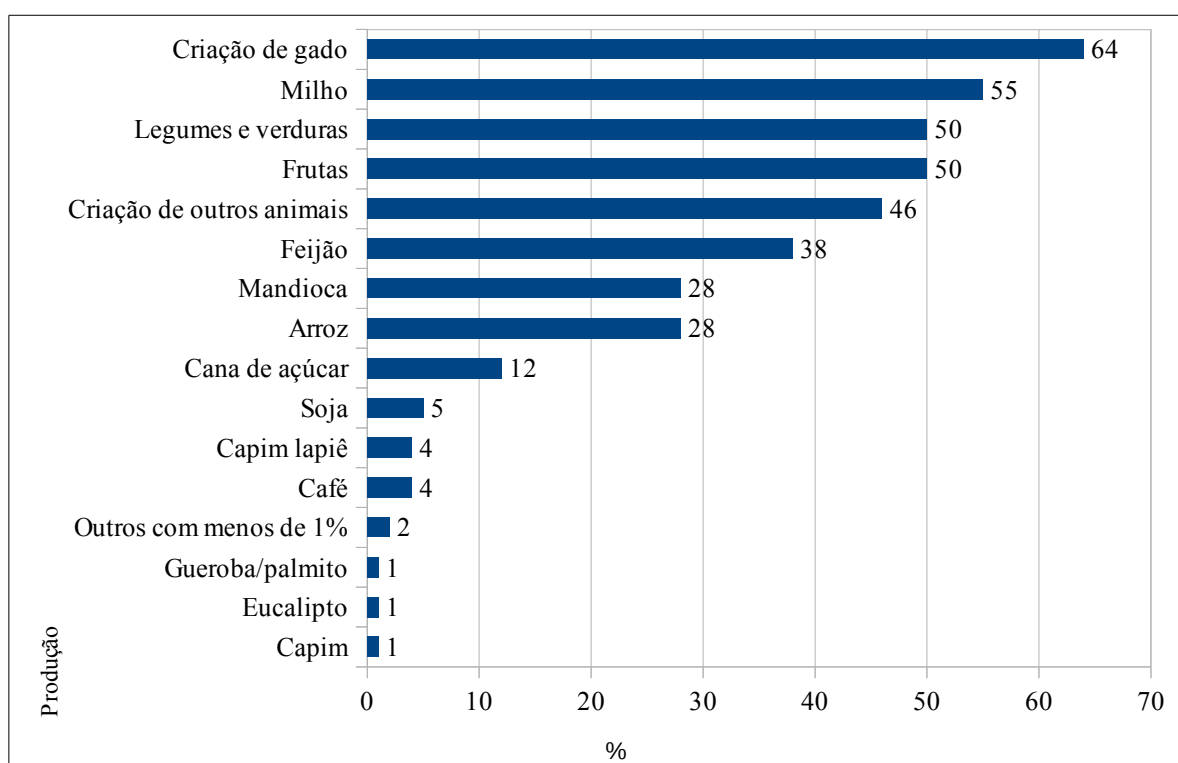
4.4 PRODUÇÃO E RENDA NOS ASSENTAMENTOS

Depois de percorrer o histórico da política de assentamentos e a trajetória dos créditos rurais, esta seção busca compreender a real forma de produção nos assentamentos. Para tanto, o estudo apoia-se em pesquisas secundárias, na medida em que não existem bancos de dados

que tratem o tema detalhadamente. Os indicadores pesquisados tratam dos principais produtos, das principais ferramentas utilizadas pelos assentados, da produtividade média alcançada nos assentamentos e da renda média obtida.

Importante salientar que a visão sobre a produção, ferramentas e a renda dos assentamentos tem como referência a pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência, encomendada pelo Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em 2009. A pesquisa do IBOPE (2009) é do tipo quantitativa, formulada a partir da aplicação de questionários estruturados por entrevistas pessoais. A amostra colhida tem como base 1.000 domicílios de assentamentos considerados consolidados e possui margem de erro de 3 pontos percentuais para os resultados observados no total da amostra, considerando um intervalo de confiança de 95%. Os dados acerca dos itens produzidos nos assentamentos podem ser vistos no gráfico 6.

Gráfico 6 - Tipo de produção dos assentamentos consolidados (2009) – Brasil



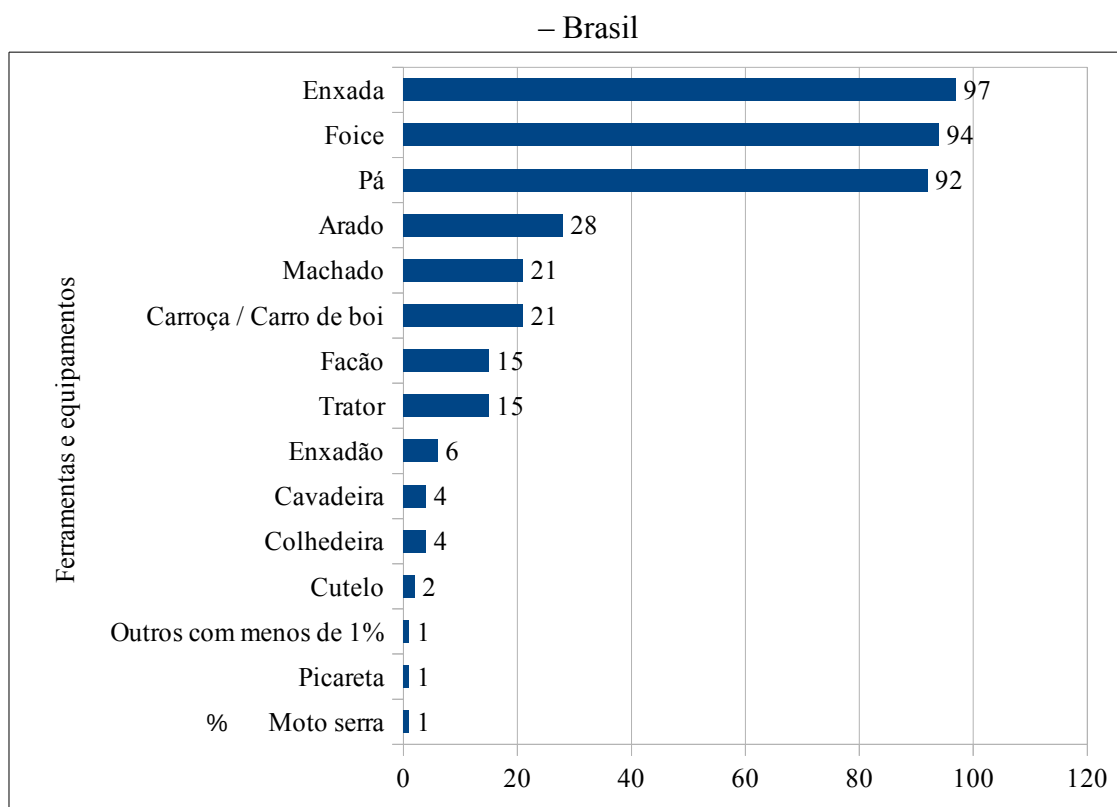
Fonte: IBOPE Inteligência
Elaboração: IBOPE Inteligência (2009).

A produção que lidera a lista é a criação de gado, atividade presente em 64% dos domicílios entrevistados. Logo em seguida estão: milho, legumes e verduras, frutas, criação de outros animais, feijão, mandioca, arroz e cana de açúcar. A partir destas informações, percebe-se que os principais tipos de produção giram em torno de produtos alimentares. Essa característica, como apontado anteriormente no capítulo 3, reflete a necessidade de empenhar trabalho

em produções relacionadas com o autoconsumo, para posteriormente comercializar as mercadorias. Vale ressaltar que as características climáticas regionalmente distintas do Brasil podem alterar a disposição dos produtos, principalmente tratando-se de alimentares, apesar disso, nota-se que os produtos, em geral, detêm caráter primário.

No gráfico 7, a pesquisa IBOPE identifica as principais ferramentas utilizadas na produção das famílias assentadas. Mais de 90% dos entrevistados utilizam a enxada, a foice e a pá. Em seguida, com mais de 20% de adesão, estão o arado, o machado e a carroça. Ou seja, estes números mostram que, em 2009, na produção agrícola das famílias assentadas prevalecem instrumentos de trabalho braçal ou animal. Entre as ferramentas mecânicas, destacam-se o trator, presente em 15% da amostra pesquisada, a colhedeira e a moto serra, presentes em 4% e 1% dos domicílios, respectivamente.

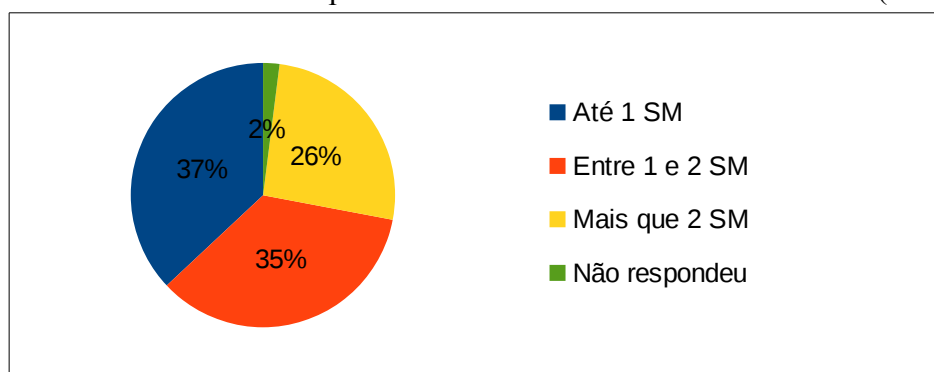
Gráfico 7 - Posse de ferramentas e equipamentos dos assentamentos consolidados (2009)



Fonte: IBOPE Inteligência

Elaboração: IBOPE Inteligência (2009).

Com relação a renda dos assentamentos, o gráfico 8 aponta que 72% dos domicílios recebem menos do que 2 salários mínimos (SM), sendo que 35% recebem entre 1 e 2 SM, e 37% detêm uma renda menor que 1 SM. O IBOPE ainda aponta que a média geral da pesquisa corresponde a 1,7 salários mínimos por domicílio.

Gráfico 8 - Renda dos domicílios presentes nos assentamentos consolidados (2009) – Brasil

Fonte: IBOPE Inteligência

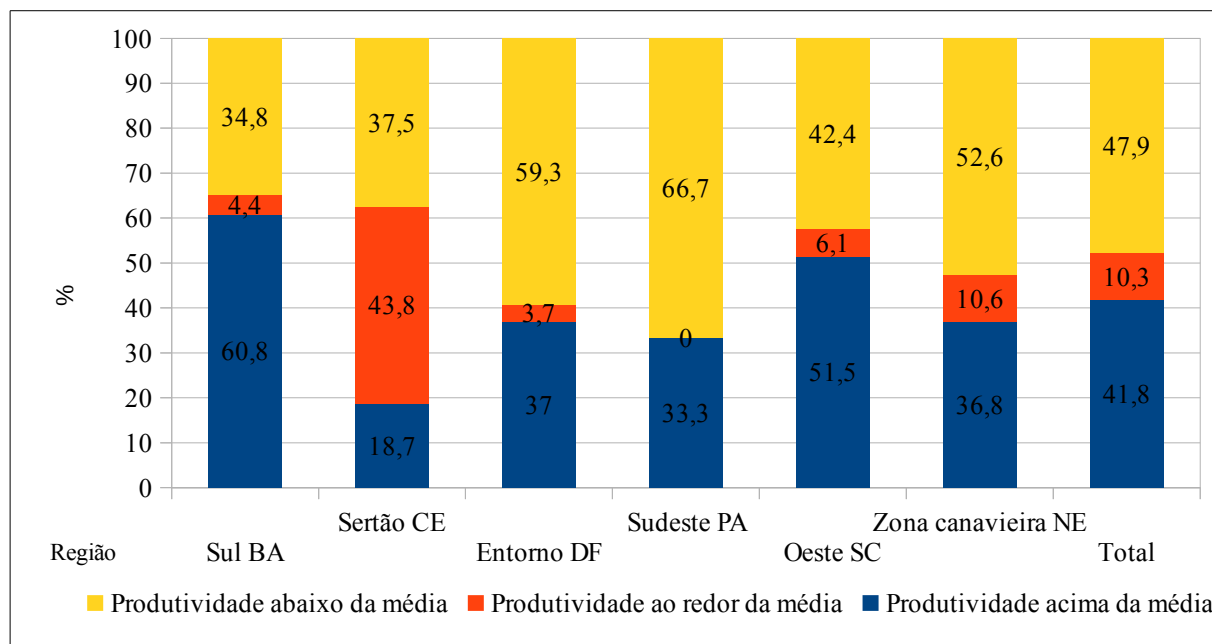
Elaboração: IBOPE Inteligência (2009).

O debate sobre instrumentos e equipamentos de produção e nível de renda na evolução do sistema capitalista está atrelado ao nível de produtividade. Neste sentido, o indicador a respeito da eficiência produtiva elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em parceria com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) fornece um parâmetro da produção dos assentamentos. A análise consiste na comparação da produtividade média dos assentamentos com a produtividade média dos municípios em que estão inseridos. Vale destacar que para a estimativa da produtividade média dos assentados, foram considerados os produtos mais relevantes em cada região segundo o percentual dos assentados que os produzem e vendem e a participação no valor da produção (DIEESE, 2008, p. 175).

Pelo gráfico 9 nota-se que em três das seis regiões pesquisadas pelo órgão sindical, os assentamentos pesquisados mostraram uma produtividade acima ou ao redor da média dos seus municípios. No total agregado, 52,1% dos Projetos de Assentamentos manifestaram maior ou igual produtividade média ao serem comparados à suas regiões. Em contrapartida, 47,9% dos assentamentos agregados na pesquisa indicaram uma eficiência produtiva abaixo da produtividade média de suas municipalidades.

Importante salientar que esta pesquisa não discrimina a forma produtiva utilizada pelos assentamentos ao considerar sua produtividade. Ou seja, a média da produtividade dos principais produtos agrega tanto os assentamentos agroindustrializados quanto as estruturas produtivas intensivas em trabalho. Entretanto, ao considerar o perfil dominante dos assentamentos, como visto, com baixo índice de agroindústrias, este indicador mostra que seriam possíveis outras técnicas de incremento à produtividade. Vale ressaltar que futuras pesquisas merecem ser feitas sobre o tema, já que a disposição agregada dos dados impede o refinamento da análise.

Gráfico 9 - Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média em relação à produtividade dos municípios (2000) – Regiões selecionadas



Fonte: NEAD/MDA - Impactos dos assentamentos.
Elaboração: DIEESE (2008).

No que se refere a produtividade agroindustrial dos assentamentos, não há dados específicos. Entretanto, o relatório do IPEA (2013), traçou um perfil produtivo das agroindústrias rurais familiares e agroindústrias não familiares com dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006). Considerando que, à grosso modo, uma agroindústria de assentamento teria maior proximidade com as agroindústrias familiares, é possível considerar a pesquisa como uma estimativa válida da produtividade de pequenas áreas e mão de obra familiar em relação às formas não-familiares de uso da terra. Assim, vale destacar que:

A definição de agroindústria rural utilizada privilegia um amplo conjunto de atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários, abrangando a diversidade de itens processados e beneficiados nos estabelecimentos rurais, independentemente da destinação a eles conferida, do tipo de estabelecimento e do volume processado. (IPEA, 2013)

Deste modo, o relatório mapeou os principais produtos das agroindústrias familiares e, em seguida, estimou as escalas produtivas médias das mercadorias em questão. Como mostra a Tabela 9, em média, a agroindústria familiar produz mais toneladas de farinha de mandioca e tapioca ao ano do que a agroindústria não familiar. Em compensação, nos demais produtos, a escala produtiva da agroindústria não familiar prevaleceu.

Tabela 9 - Escalas produtivas médias ao ano das agroindústrias rurais familiares e não familiares (2006) - Brasil

Produtos agroindustriais	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar
Fubá de milho (t)	1,4	6,8
Farinha de mandioca (t)	5,1	4,6
Tapioca e/ou goma (t)	1,2	0,8
Queijo e/ou requeijão (t)	1,2	2,3
Aguardente de cana (mil litros)	5,7	31,9
Rapadura (t)	1,9	5,5
Doces e geleias (t)	0,3	1,3
Embutidos (t)	0,1	0,6

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – tabulação especial realizada pelo IBGE (2010)

Elaboração: projeto entre IPEA e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 2010-2011.

De acordo com o IPEA (2013), essa diferença de escala produtiva ocorre por conta da especialização da agroindústria não familiar. Isto é, por conta do caráter diversificado presente nas unidades familiares de produção, a agroindústria familiar limita seu nível máximo de produtividade. Segundo este estudo, a atividade não familiar, “neste caso, direcionando-se para uma única atividade na propriedade, que pode ser a agroindústria, [permite] ela [...] trabalhar com maior escala” (IPEA, 2013, p. 66). Em outras palavras, o êxito produtivo da agroindústria estaria ligado à sua forma especializada de produção que, dentro da disputa econômica, é dominada pela utilização em escala de um mesmo insumo ou da mesma cadeia.

4.5 SÍNTESE DOS LIMITES E AVANÇOS

Ao longo dos 50 anos de política fundiária, aproximadamente 91% das famílias foram assentadas desde 1995. Se comparadas aos primeiros 30 anos deste modelo de reforma agrária, as últimas duas décadas mostram um avanço considerável no número dos Programas de Assentamentos, de famílias alojadas e de área incorporada. Historicamente, a política de assentamentos viveu seu ápice com a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao governo, quando, em seu primeiro mandato, criou 24,91% do total de projetos, alocou 28,65% da totalidade de famílias e incorporou 35,61% da área global reformada. Além disso, os anos de Lula na presidência detém a maior média de área por projeto de assentamento e de hectares por família. A partir de 2011, com a eleição de Dilma Rousseff, o quadro da política de assentamentos tornou-se novamente marginal. Os indicadores revelam que entre os anos de 2011 e 2014 observou-se os menores números de famílias assentadas desde 1995. Ademais,

constata-se que neste governo foram abarcadas mais famílias por projeto e menos hectares por família, em comparação com as médias anuais dos últimos dois decênios.

Apesar da evolução do número de Projetos de Assentamentos, uma parcela muito baixa conseguiu se consolidar economicamente. Como forma de contornar as limitações produtivas, os governos criaram e ampliaram uma série de programas e políticas públicas de inclusão econômica. No entanto, entre as principais ações, somente o PAC alcança a totalidade dos assentamentos, enquanto que o programa de crédito PRONAF atinge cerca de metade dos assentamentos, e o programa de agroindustrialização e comercialização Terra Forte, fica em torno dos 40%, refletindo um limite de capilaridade para alguns programas.

Os créditos do PRONAF, apesar de aumentarem em termos absolutos ao longo dos anos, mantiveram-se como uma parcela de 13%, na média, em relação ao total de crédito rural circulado. Ou seja, há uma desigualdade continuada no direcionamento dos empréstimos. Essa diferença ocorre tanto com o financiamento dos bancos privados quanto com os bancos públicos, que, por sua vez, mantém a maior parte dos investimentos voltados aos pequenos produtores familiares e aos produtores não familiares de maiores áreas. Nos termos de créditos destinados ao beneficiamento ou industrialização e para a compra de máquinas e equipamentos, a desigualdade entre o PRONAF e o geral não foge do comportamento padrão apontado com a observação do volume geral. Todavia, vale destacar que a partir de 2011 os financiamentos para a modernização dos agricultores não familiares dispararam em relação aos familiares.

No que se refere à produção dos assentamentos consolidados, as pesquisas analisadas mostram que os produtos centrais das famílias assentadas são da ordem alimentar. As principais ferramentas utilizadas, por sua vez, ainda exigem a força motriz humana ou animal. Ou seja, a produção nos assentamentos consolidados é baseada em trabalho intensivo e não em maquinarias. Este indicador expõe que agroindústria encontra-se distante da realidade dos assentados que, em sua maioria, utilizam a enxada e a foice como equipamentos de trabalho. Mesmo com este perfil instrumental, a produtividade média dos assentamentos equipara-se às de seus municípios, segundo pesquisa realizada pelo DIEESE (2008), evidenciando outros possíveis meios de ganhar em produtividade além do uso da mecanização.

Por fim, este capítulo indicou que a produtividade das agroindústrias não familiares mostra-se superior em relação às agroindústrias de caráter familiar. Ressalta-se que esta comparação teve como ponto de partida os produtos que são comercializados em comum. Isto é, os produtos de produtores familiares e não familiares que competem diretamente entre si na esfera do comercialização.

Neste sentido, a vantagem obtida pela produção agroindustrial não familiar na esfera produtiva responde diretamente às suas próprias características enquanto complexos monocultores, especializados e produtores de grande escala. A produtividade média das agroindústrias familiares, por sua vez, no campo do enfrentamento econômico direto teria uma desvantagem devido ao caráter diversificado da produção familiar. Assim, esta relação entre a especialização agroindustrial e o contexto familiar de diversificação produtiva, contraditoriamente força a reprodução do modelo não familiar, pois esse alcança níveis de produtividade superiores. A agroindustrialização, desta forma, contraditoriamente eleva o preço de venda dos pequenos produtores, mas, ao mesmo tempo, sofre uma necessidade de reduzir seu preço em relação aos preços dos produtos dos grandes complexos, que detém terras e uma ampla estrutura produtiva e financeira para dominar o mercado por vias produtivistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos agrários são frutos da resistência dos trabalhadores rurais alienados da terra. Como vimos, sua constituição sucedeu após longa jornada de lutas e conflitos, quando, durante a década de 1960, a ebulição social em favor da reforma agrária foi reprimida pelo golpe de 1964. Deste modo, com a promulgação do Estatuto da Terra, o estado enquadrou a reforma agrária sob sua jurisdição e transformou-a numa política fundiária de concessão de assentamentos, que desde então vigora.

O reconhecimento estatal da pauta de distribuição de terras, todavia, revelou-se apenas uma manobra para acalmar os ânimos insurgentes da população rural. Na prática, a ditadura militar lançou mão da política de assentamentos para povoar e colonizar zonas de fronteiras desocupadas. O que quer dizer que, na ausência de um programa amplo pela reforma agrária, a grande maioria das famílias rurais, que historicamente não detinham terras mas lutavam por isso, continuaram marginalizadas de seu acesso.

O quadro para os assentamentos agravou-se no decorrer da década de 1970, momento em que a política pública agrícola voltava-se para a instalação dos grandes complexos agroindustriais e excluía os pequenos produtores da dinâmica de modernização rural. Como analisado a partir da revisão bibliográfica do terceiro capítulo, o período da “modernização conservadora” marcou a transformação tecnológica da base produtiva das grandes lavouras e caracterizou-se pela articulação da economia rural e urbana com o setor externo, por meio da centralização financeira dos capitais bancários, agrários e industriais.

O aprofundamento das relações de crédito no grande setor rural, desta forma, privilegiou a produção em larga escala para exportação, especialmente a produção de grãos, e instigou a concentração de terras, desterritorializando pequenos produtores ou incorporando-os ao domínio de seu capital. O direcionamento econômico do governo militar, porém, contou com uma conjuntura favorável nos preços das *commodities* no mercado externo. Quando a crise do endividamento externo atingiu a América Latina no início de 1980, entretanto, a estratégia de equilibrar o Balanço de Pagamentos com a venda de produtos primários a preços vantajosos deixou de surtir efeito.

No percurso do tempo, enquanto a crise da dívida externa preconizava o fim da ditadura no Brasil, os excluídos das terras e os insatisfeitos com a política de assentamentos reorganizavam-se, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, e marcavam a fundação do Movi-

mento dos Trabalhadores Sem Terra. Assim, a constituição do MST deu novo alento aos que lutavam pela reforma agrária e fortaleceu a manutenção dos assentamentos.

Neste sentido, o MST passou a pressionar politicamente pela ampliação do número de terras destinadas à reforma agrária, como também começou a discutir o fortalecimento interno dos assentamentos rurais. Ou seja, o desenvolvimento produtivo dos assentados ganhou importância na conduta da organização frente ao sucateamento dos projetos de assentamentos. Dessa maneira, o movimento estabeleceu o ordenamento cooperativo como alternativa para os assentados, pois ao produzirem coletivamente teriam maior sustentação econômica.

A reorganização do grande setor rural sob a forma do agronegócio, na década de 1990, marca um novo período de alta dos preços das *commodities*. Isso implica em um novo processo de concentração de terras e na retomada do plano de exportação primária para equilibrar o saldo comercial. Essa política acompanha a trajetória de todos os governos subsequentes ao primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e, inclusive, avança com o Partido dos Trabalhadores no governo. Vale destacar que a eleição de Lula ampliou o número de projetos de assentamentos criados em relação aos seus antecessores, mas, concomitantemente a isso, o sistema do agronegócio foi ampliado. Posteriormente, a política de assentamentos voltou a ser reduzida com a chegada de Dilma Rouseff à presidência da república.

Paralelamente a política de distribuição fundiária, programas de inserção econômica dos assentamentos e pequenos produtores ganharam espaço na agenda federal, mesmo que de forma periférica. Foram criadas linhas de créditos para gerar condições produtivas, programas de assistência técnica e mercados institucionais de aquisição de alimentos para realizar a produção das famílias assentadas. Esse enredo, aliado à inclusão de tecnologias produtivas, teria o objetivo de inverter o quadro de poucos assentamentos consolidados e apontar alternativas de resistência econômica para além do autoconsumo.

No entanto, essa estratégia esbarra numa série de limitações. Como analisado anteriormente³², a parcela de crédito direcionada aos produtores familiares limita-se, em média, a cerca de 13% do total de créditos despendidos no espaço rural, ratificando a desvantagem histórica no acesso aos recursos financeiros. Esta desigualdade ocorre com a atuação de bancos privados no campo, mas também por conta dos bancos públicos, que financiam mais da metade do volume dos créditos utilizados pelos empreendimentos rurais não familiares. Os incentivos financeiros às inclusões técnicas de produção também concentram-se no setor não familiar, com destaque para o salto de 136% entre 2011 e 2013.

32 Ver tabela 5.

Nesse contexto, a solução proposta pelo MST e pelo INCRA seria a agroindustrialização das estruturas produtivas dos assentamentos. Todavia, mesmo dentro da pequena parcela do PRONAF destinada às transformações tecnológicas, o custeio para agroindústrias é secundário se comparado com o volume de investimentos para a compra de máquinas e equipamentos agropecuários. Além disso, deve ser considerado o alcance dos programas agroindustrializantes, como o programa Terra Forte, que têm pouca capilaridade nos assentamentos. Ademais, existe uma barreira para adaptação das famílias em receber as tecnologias agroindustriais, pois, como vimos, os principais instrumentos utilizados pelos assentamentos são ainda os mais simples e que demandam grande dispêndio de força de trabalho.

Em relação a produtividade dos assentamentos agrários, as pesquisas analisadas no capítulo quatro deram pistas sobre o assunto ao mostrarem duas perspectivas diferentes. Se por um lado, a produtividade dos assentamentos equipara-se a de seus municípios, por outro, as agroindústrias familiares, em média, são menos produtivas do que as agroindústrias monocultoras na competição com seus principais produtos. Ora, se os complexos agroindustriais produtores em escala atingem índices maiores de produtividade em relação aos principais produtos agroindustriais familiares, as grandes agroindústrias atingem menor custo por mercadoria e, conseqüentemente, possuem margem para redução de preço. Em outras palavras, seria inviável a consolidação dos assentamentos pela reprodução em desvantagem do *modus operandi* dos complexos agroindustriais.

Embora seja a estrutura produtiva agroindustrial comumente apontada como a solução para os impasses produtivos dos assentamentos agrários no Brasil, a especialização agroindustrial tende a suprimir a característica diversificada da produção familiar. Num contexto econômico que historicamente privilegiou a exploração extensiva da terra, se a transformação da base produtiva não for acompanhada da ruptura com o aparato político e econômico do agronegócio, o desenvolvimento dos assentamentos continuará limitado à margem da produção rural. Deste modo, destacamos que a sustentabilidade econômica dos assentados está ligada a alternativas que pressionem politicamente o viés da ação estatal e articulem comercialmente os pequenos produtores, indígenas, quilombolas e assentamentos da reforma agrária para o fortalecimento regional do mercado interno que acompanhe as características da produção local.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa Social: Projeto e Planejamento**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988. Cap. 2. p. 21-88.

ASTARITA, Rolando. **Economía política de la dependencia y el subdesarrollo: tipo de cambio y renta agraria en la Argentina**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2010. 312 p

BERGAMASCO, Sônia Maria; ALMEIDA, Luiz Manoel. Agroindústrias rurais e segurança alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos assentamentos? **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 12, p.87-108, 2009.

BORGES, Juliano Luis. MST: DO PRODUTIVISMO A AGROECOLOGIA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 1., 2009, Curitiba. Grupo de Trabalho 7: Ruralidade e Meio Ambiente. Curitiba: UFPR, 2009. p. 1 – 22.

BRASIL. **Lei 601, de 18 de Setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 30 Jun. 2015.

_____. **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Regulamenta o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm>. Acesso em: 30 Jun. 2015.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p.5-31, nov. 1995. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/issue/view/6>>. Acesso em: 10 set. 2015.

COSTA, Vera M H de Miranda; PAULINO, Sônia Regina. A modernização da agricultura e o conceito de módulo rural. In: ENCONTRO REGIONAL DA APIPSA, 3., 1991, Marília. **Artigo**. São Paulo: Perspectivas, 1992. v. 15, p. 121 - 141. Disponível em: <seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1964/1602>. Acesso em: 10 set. 2015.

DA SILVA, Maicon Cláudio. **Da senzala aos mucambos: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 139 p.

_____. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil**, p.61-68, jul. 2013. Edição Especial.

DIAS, Cristiane Francelina. **Modernizações Conservadoras: Entidades Orgânicas do Agronegócio (ABAG: 1993-2013)**. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço

Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatísticas do Meio Rural**. São Paulo: MDA, 2008. 280 p.

EID, Farid *et al.* Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do dialogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, p.1-31, jun. 2015. Edição Especial XII Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social.

_____. ; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno; SEVERINO, Maico Roris. Análise de cadeias produtivas sob gerenciamento de famílias cooperadas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista da Abet**, S.i, v. 8, n. 2, p.30-45, jul/dez. 2009.

ESQUERDO, Vanilde de Souza; BERGAMASCO, Sonia M. P. P.. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, Caracas, Venezuela, v. 38, n. 8, p.563-569, ago. 2013.

FALCÓN, Maria Lúcia. **Discurso de posse do INCRA**. [mensagem pública] Mensagem recebida por: <Ministro Patrus Ananias e Secretária Executiva Maria Fernanda Coelho>. em: 30 mar. 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 319 p.

FERREIRA, Angela Duarte D.; SILVA, Cláudia Pereira da; ANTUNIASSI, Maria Helena. Assentamentos rurais e reforma agrária no Brasil: Organização da produção agrícola, condições de vida e sustentabilidade. In: Associação Internacional de Sociologia, 1., 1998, Montreal. **Cadernos CERU**. São Paulo: Usp, 1999. v. 10, p. 135 – 172.

FRANK, Andre Guder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. 5. ed. Ciudad de México: Silglo Veintiuno Editores, 1978. 347 p.

_____. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo - 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 35-100.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p.361-388, nov. 2011.

GOMES, Renata Mainenti. **REFORMA AGRÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais**. 2012. 288 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GRAZIANO, José. **O que é a questão agrária**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 114 p. (Primeiros Passos).

_____. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 240 p. (Estudos Rurais).

_____. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP /IE, 1996. p.1-40.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio - 1963. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 33-78.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro – 1960. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 89-110.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística. **Assentamentos Rurais Consolidados**. Ibope Inteligência, 2009. Disponível em: <[http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Resumo_Executivo_ASSENTAMENTOS RURAISSCONSOLIDADOS_0.pdf](http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Resumo_Executivo_ASSENTAMENTOS_RURAISSCONSOLIDADOS_0.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2015.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil: Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Ipea, 2013.

KAGEYAMA, Angela Antonia; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 51, n. 1, p.105-122, jan. 2013. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s0103-20032013000100006.

MAIA, Priscila de Oliveira; FERRANTE, Vera Lucia Botta Silveira. PAA EM ASSENTAMENTOS RURAIS : NOVOS MODOS DE VIDA? **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 17, n. 1, p.245-260, jan. 2014.

MARCONI, Marina de Antrade; LAKATOS; Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. 295 p.

_____. Dialéctica de la dependencia (1973). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización: fundamentos conceptuales** Ruy Mauro Marini. Antología y presentación. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. p. 107-149.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012. 270 p.

_____. Crítica à revolução brasileira – de Caio Prado Jr. - 1967. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 101-150.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (Coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979. p. 37-55.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 574 p.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Revista Geo Uerj**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p.290-322, jul. 2011. Semestral.

MATTEI, Lauro (Org.). **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2014. 120 p.

_____. **Caio Prado Junior: Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2012. 128 p.

_____. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, abr. 2012.

_____; NIERDELE, S.; MULINARI, M. **Inadimplência dos assentados de programas de reforma agrária com o crédito do PRONAF: afinal do que estamos falando?** Florianópolis, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/MDA, 2011, 102 p. Pesquisa sobre inadimplência dos financiamentos do PRONAF A e A/C - Relatório Final.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro: RIAD (Cadernos Temáticos), n. 1, 1994, 65p.

_____. **A luta pela terra no Brasil**. 2009. Palestra. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/palestra/cgeevf.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

_____.; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 279 p.

MENDONÇA, Sônia Regina. Entidades patronais e reforma agrária: Do Estatuto da Terra ao limiar dos anos de 1980. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 - 1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

MIOR, Luiz Carlos. **AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS E TERRITÓRIO:: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. 2003. 316 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Humanas - Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 1., 2007, Florianópolis. **Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento**. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://nmd.ufsc.br/producao/eventos-cientificos/>>. Acesso em: 29 set. 2015.

MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. **Estudo sobre a organização da produção em área de assentamento no sudeste do Pará**. 2004. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento do Desenvolvimento., Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil (1969) In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954 - 1965**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-76.

MOURA, Iracema Ferreira de. **Assentamentos rurais: Agregação de valor e comercialização: O caso do Assentamento Santa Maria (Paranacity - PR)**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.185-206, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420010003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil In: STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Org.). **A questão agrária no Brasil VII: O debate na década de 2000 - 2010**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-172.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 332-378, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Avaliação do projeto Cédula da Terra (1997-2002). **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 26, n. 75, p.111-136, 2012.

PICCIN, Marcos Botton et al. Análise do processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida - COOPERVIDA, RS. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 14, n. 12, p.72-96, Junho de 2009. Semestral.

PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno; EID, Farid. As cooperativas de Reforma Agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 20., 2000, São Paulo. **Anais ENEGEP**. S.i.: S.i, 2000. p. 1 - 7.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

_____. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. 188 p.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 31, p.133-153, abr. 2002.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. In: *Ignácio Rangel Obras reunidas*. Editora Contraponto Volume I. Rio de Janeiro. 2005, p. 292

_____. A questão agrária brasileira 1957-1986. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 171-230.

SCHILLING, Paulo R. Do “caminho brasileiro” de reforma agrária - 1962 In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 233-256.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil II: O debate na esquerda: 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

_____. **A questão agrária no Brasil I: O debate tradicional - 1500-1960**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 304 p.

_____; ESTEVAM, Douglas (Org.). **A questão agrária no Brasil III: Programas de reforma agrária - 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 220 p.

_____. **A questão agrária no Brasil IV: História e natureza das Ligas Camponesas 1954 - 1965**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p.

_____. **A questão agrária no Brasil V: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964 - 1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

_____; ESTEVAM, Douglas (Org.). **A questão agrária no Brasil VII: O debate na década de 2000 - 2010**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 288 p.

_____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. 168 p.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. **AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: análise e avaliação da experiência brasileira**. 2009. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WILKINSON, J.; MIOR, L.C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. no 13, 1999, p. 29-45.